

ANAIIS DO ATELIÊ DOCTUM

◆ 2024

ISSN 3085-8143

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
DISCRIMINAÇÃO RACIAL LEGISLANDO PELA JUSTIÇA: DESAFIOS JURÍDICOS NA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL	8
UNIÃO HOMOAFETIVA: BREVE HISTÓRICO E ASPECTOS JURÍDICOS BRASILEIROS	9
O PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS	10
PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) E O SEU TRATAMENTO (JURÍDICO)	11
PERSPECTIVAS ENTRE DIREITO E GÊNERO: APROXIMAÇÃO À TEMÁTICA DO PROJETO INTEGRADOR III	12
O CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E A BUSCA POR UMA HERMENÊUTICA JURÍDICA ANTIRRACISTA	13
CONCEITO DE BEM VIVER E O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO	14
MOBILIZAÇÃO SOCIAL: ENTRE O DIREITO E A MUDANÇA INSTITUCIONAL.	15
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE RECICLAGEM E COLETA SELETIVA	16
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL: ATUAÇÃO EM DEMANDAS REPRIMIDAS DA POLÍCIA AMBIENTAL DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PROVENIENTES DE REQUISIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO/PROCURADORIA DA COMARCA DE ABRE CAMPO.	18
BENEFÍCIOS DA NETZERO PARA A SUSTENTABILIDADE GLOBAL	20
COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS E INCLUSÃO DOS CATADORES	21
SANEAMENTO BÁSICO E QUALIDADE DE VIDA: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA	23

DESPERDÍCIO ZERO	24
IGUALDADE: 3 DIMENSÕES, 3 DESAFIOS	25
EM BUSCA DO PLURALISMO JURÍDICO GLOBAL	26
DIREITO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E MUDANÇA INSTITUCIONAL	27
INTERSECCIONALIDADE	28
PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O DIREITO AO CASAMENTO A PARTIR DA ABORDAGEM DAS VULNERABILIDADES	29
GÊNERO E COLONIALIDADE: EM BUSCA DE CHAVES DE LEITURA E DE UM VOCABULÁRIO ESTRATÉGICO DESCOLONIAL	30
PENSANDO COMO UM NEGRO: ENSAIO DE HERMENÊUTICA JURÍDICA	31
NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	32
NECROPOLÍTICA TRANS: O GÊNERO, COR E RAÇA DAS LGBTQIAPN+ QUE MORREM NO BRASIL SÃO DEFINIDOS PELO RACISMO DO ESTADO	33
A INILUDÍVEL E DESUMANA PREVALÊNCIA DO RACISMO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DE CAMPO NA CIDADE DE JOÃO MONLEVADE	34
POLÍTICAS SOCIAIS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	35
INJUSTIÇA AMBIENTAL, MINERAÇÃO E SIDERURGIA	36
JUSTIÇA AMBIENTAL: GOVERNANÇA E DIVERSIDADE.	37
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: OS VISADOS TERRITÓRIOS DOS INVISÍVEIS	38
PROJETO INTEGRADOR: ACESSO À JUSTIÇA.	39
PROJETO INTEGRADOR I: DIVERSIDADE	40
PROJETO INTEGRADOR III: IGUALDADE	41

POLÍTICAS SOCIAIS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	42
A JUSTIÇA AMBIENTAL E O RACISMO AMBIENTAL	43
INJUSTIÇA AMBIENTAL	44
DIREITO À EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ACADÊMICO	45
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: HISTÓRIA, INCLUSÃO E DIREITOS	46
O CLAMOR POR JUSTIÇA AMBIENTAL E CONTRA O RACISMO AMBIENTAL	47
IGUALDADE NA DIVERSIDADE: NOSSOCENTRISMO	48
HABITACIONAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	49
CONDOMÍNIO BRIZE: INTEGRAÇÃO ENTRE SEGURANÇA, SUSTENTABILIDADE E FUNCIONALIDADE URBANA	50
ESPAÇOS HUMANIZADOS: UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	51
ESPAÇOS HUMANIZADOS: UBS	52
DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL: UMA VISÃO GERAL	53
DESIGUALDADE RACIAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E MEDIDAS CONTRA O RACISMO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	54
A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA CULTURA POPULAR E AS GARANTIAS DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA	55
INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	56
RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS E EX-DETENTOS	57
QUESTÕES DE GÊNERO E JUSTIÇA SOCIAL	58

PROJETO INTEGRADOR: CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: AS INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO LATINO AMERICANO	59
CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: AS INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO	60
NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS PARA A DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS HUMANOS	61
CONSTITUIÇÕES PARA A JUSTIÇA: O NOVO CONSTITUCIONALISMO E A SUPERAÇÃO DA HERANÇA COLONIAL	62
CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR E O PAPEL DO STF NA SUPERAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL	63
CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: AS INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO	64
A CRISE DO CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL: IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA E CAMINHOS PARA A SOLUÇÃO	65
CORPOS QUE PODEM MORRER: NECROPOLÍTICA, BIOPOLÍTICA E O PODER SOBRE OS CORPOS	66
AMBIENTALIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS	67
PROJETO INTEGRADOR: PRÁTICA EXTENSIONISTA IV	68
DESIGUALDADE AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS: UMA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL E A EXCLUSÃO ECOLÓGICA NO BRASIL	69
DESAFIOS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E ESTRATÉGIAS PARA DEFESA DE SEUS DIREITOS	70
O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	71

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A PANDEMIA SARS-COV	72
DA NECROPOLÍTICA ÀS VIOLÊNCIAS LABORAIS: O IMPACTO E A RESPOSTA DO ESTADO DURANTE E APÓS À CRISE SANITÁRIA.	73
DIREITO À IGUALDADE: O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO MERCADO DE TRABALHO	74
POLÍTICAS DE INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DA IGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO	75
LUTA PELA CIDADANIA: ANÁLISE DA PERPETUAÇÃO DAS IDEOLOGIA RACIAIS	76
UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RAÇA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA	77
RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA: ANÁLISE DAS CRÍTICAS DE LÉLIA GONZALEZ	78
INOVAÇÃO NO ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS: FERRAMENTAS E METODOLOGIAS PARA APRENDIZAGEM ATIVA	79
ESTRATÉGIAS INOVADORAS PARA O ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS: RECURSOS VISUAIS, GAMIFICAÇÃO E COMPUTAÇÃO DESPLUGADA	80
RECURSOS EDUCACIONAIS PARA ESTRUTURAS DE DADOS: UM ESTUDO SOBRE ODIN, WILLOW EDV E GAMIFICAÇÃO	81
ABORDAGENS INOVADORAS NO ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS	82
ESTRUTURAS DE DADOS E A OTIMIZAÇÃO DE APLICATIVOS DE NAVEGAÇÃO E GEOLOCALIZAÇÃO	83
METODOLOGIAS ALTERNATIVAS NO ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS: UMA ANÁLISE DE FERRAMENTAS EDUCACIONAIS E GAMIFICAÇÃO	84

A COMPUTAÇÃO DESPLUGADA, GAMIFICAÇÃO E FERRAMENTAS INTERATIVAS NO ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS	85
ABORDAGENS INOVADORAS PARA O ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS: GAMIFICAÇÃO, COMPUTAÇÃO DESPLUGADA E AMBIENTES INTERATIVOS	86
TÉCNICAS E FERRAMENTAS PARA O ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS E PROGRAMAÇÃO	87

APRESENTAÇÃO

A Rede de Ensino Doctum tem a honra de apresentar os Anais do Ateliê Doctum, realizado nos meses de junho e novembro de 2024, com o propósito de fomentar o debate qualificado sobre temáticas transversais ao estudo do Direito, em perspectiva crítica, interdisciplinar e inovadora.

O presente volume reúne contribuições provenientes de distintos períodos do Curso de Direito, representando um mosaico de reflexões que evidenciam a complexidade dos fenômenos jurídicos na contemporaneidade. Ao articular o Direito com áreas como filosofia, sociologia, ciência política, economia, meio ambiente, tecnologia, entre outras, os trabalhos ora publicados reiteram o caráter multifacetado da ciência jurídica e sua vocação para o diálogo com os grandes desafios do mundo atual.

A publicação destes anais reflete o compromisso institucional com a promoção da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como com a consolidação de espaços que valorizem a produção e a divulgação de conhecimento rigoroso, plural e socialmente comprometido. É também expressão da confiança de que o intercâmbio entre diferentes saberes e perspectivas contribui decisivamente para o fortalecimento do campo jurídico em suas múltiplas dimensões.

Registramos nossos mais sinceros agradecimentos aos corpo discente e ao corpo docente, à comissão organizadora pelo empenho exemplar, bem como a todas e todos que participaram desta edição do evento, cuja qualidade e relevância foram reconhecidamente elevadas.

Desejamos a cada leitora e leitor uma frutuosa leitura e que este compêndio possa servir como instrumento de reflexão, aprofundamento e inspiração para novas investigações.

Victor Freitas Lopes Nunes
Coordenador de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

DISCRIMINAÇÃO RACIAL LEGISLANDO PELA JUSTIÇA: DESAFIOS JURÍDICOS NA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Autores(as): Ana Livia Santana; Beatriz Caetano; Gabriel Moreira Medeiros; Kauan Costa; Lhorrany Mendes; Maria Isadora Souza Campos; Ruth Graciana Oliveira; Rhafaela Silva Valente; Sabrina Guilherme Martins; Alan Bernardo Lemos Costa; Filipe Segall Tavares; Wendel Salum Dourado; Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo; Tânia Danielle Vieira Neto.

RESUMO

A Discriminação Racial viola direitos humanos fundamentais e obstaculiza a construção de uma sociedade justa e inclusiva. Desde a era da escravidão até as formas modernas de preconceito, a luta contra a discriminação racial enfrenta desafios globais. Apesar dos avanços legislativos e de conscientização, a discriminação persiste, demandando ação coletiva para sua erradicação. A Constituição de 1988 do Brasil estabelece princípios para combater a discriminação racial, incluindo a igualdade perante a lei, a criminalização do racismo e a promoção do bem de todos sem preconceitos. Direitos sociais e políticas de diversidade são essenciais para a igualdade racial, incluindo ações afirmativas reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal. A pesquisa envolveu a coleta de dados via WhatsApp, análise de conteúdo de mensagens e vídeos, entrevistas estruturadas e revisão bibliográfica para embasar teoricamente as experiências compartilhadas. A discriminação racial persiste como um desafio prejudicial, demandando educação, conscientização e ação legislativa. Embora progressos tenham sido feitos, desafios persistem e exigem compromisso contínuo com a justiça e igualdade. A Lei do Racismo (7.716/89) e a conscientização são ferramentas essenciais, mas o trabalho rumo a uma sociedade inclusiva deve continuar, como disse Rosa Parks, preparando as futuras gerações para enfrentar e superar o racismo.

Palavras-chave: Discriminação racial, direitos humanos, conscientização, justiça social, impactos.

UNIÃO HOMOAFETIVA: BREVE HISTÓRICO E ASPECTOS JURÍDICOS BRASILEIROS

Autores(as): Anna Luiza Aguiar Alves de Oliveira; Eduarda Leal de Souza; Júlia Verly Leite; Pedro Costa Sales; Valter Fernandes de Freitas; Alan Bernardo Lemos Costa; Filipe Segall Tavares; Wendel Salum Dourado; Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo; Tânia Danielle Vieira Neto.

RESUMO

O presente estudo compreende reflexões acerca das relações homoafetivas no contexto brasileiro. O preconceito e estigma vivido por esses sujeitos perpassam desde a história e seguem sendo uma problemática da contemporaneidade. Partindo de um breve histórico da inter-relação da sociedade com as relações homoafetivas e a homofobia, o estudo expõe a legislação vigente que ampara esses casais, como a possibilidade de união estável homoafetiva, reconhecendo os direitos dentro dessa união assim como na união heteroafetiva. Compreende também os desafios enfrentados por essa população no mundo atual e a possibilidade de adoção homoparental segundo as novas resoluções.

Palavras-chave: União homoafetiva. Preconceito. Adoção homoparental. Legislação. Homossexualidade.

O PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS

Autores(as): Danielle Costa da Silva Almeida; Isadora Mendes de Andrade; Itauana Alves Rocha; Kamille Corrêa de Souza Marques; Karine Caceres Citelli; Larissa Lucas de Sousa; Ysis Fabricante Ferreira; Alan Bernardo Lemos Costa; Filipe Segall Tavares; Wendel Salum Dourado; Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo; Tânia Danielle Vieira Neto.

RESUMO

A modificação das leis civis, ao possibilitar que indivíduos vivam de forma genuína e combatam a discriminação e estigma ligados às suas identidades de gênero, contribui para uma sociedade mais abrangente. Isso fomenta a consideração e apreço por todos, sem distinção de gênero. Privar as pessoas trans de seus direitos civis viola os princípios básicos dos direitos humanos, como a igualdade, a privacidade e a autenticidade pessoal. É crucial garantir um acesso justo às mudanças civis a fim de assegurar tais direitos. Permitir que pessoas transmudem legalmente seus nomes e gêneros reconhece seu direito à autodeterminação e reforça a proteção de seus direitos fundamentais. Essa alteração não apenas promove a igualdade perante a lei, mas também resguarda a privacidade e identidade pessoal das pessoas trans. Em resumo, a modificação das leis civis desempenha um papel fundamental em direção a uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, onde cada indivíduo é valorizado, independentemente de sua identidade de gênero.

Palavras-chave: Direito; Identidade; Gênero; Pessoas Trans; Alteração.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) E O SEU TRATAMENTO (JURÍDICO)

Autores(as): Douglas Fernandes; Filipe Novais; Filipe Yakob; Gabriela da Costa; Iara de Andrade; Kauane Menegucci; Maria Eduarda Vitorino; Noemmy Sales; Vitoria Cancela; Alan Bernardo Lemos Costa; Filipe Segall Tavares; Wendel Salum Dourado; Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo; Tânia Danielle Vieira Neto.

RESUMO

O presente estudo visa uma percepção histórica que leva em consideração a forma como a deficiência foi vista ao longo do tempo até os dias atuais. A partir disso, temos como conceito o problema da situação das Pessoas com Deficiência na sociedade, dando ênfase a amplitude de conhecimentos sobre a realidade das PcD, fundamentada no fato de serem pais e cidadãos, terem direitos e deveres conforme o Estado. As pessoas com deficiência podem ser divididas em três grupos principais: físico, sensorial e intelectual. O objetivo deste artigo é entender as PcD e pessoas sem deficiência em termos de educação, mercado de trabalho e diferenças de renda, além dos direitos das PcD e das leis que as protegem. Para esta pesquisa, foram utilizados recursos como internet, artigos científicos e legislações.

Palavras-chave: Inclusão social. Recursos. Diversidade. Direitos da pessoa com deficiência. Equidade..

PERSPECTIVAS ENTRE DIREITO E GÊNERO: APROXIMAÇÃO À TEMÁTICA DO PROJETO INTEGRADOR III

Autores(as): Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo; Rejane Soares Hote; Luciano Viana Nassar; Marluza Fernandes Roriz; Alan Bernardo Lemos Costa.

RESUMO

Gênero e identidade são conceitos centrais no debate contemporâneo sobre direitos humanos e igualdade. Gênero refere-se às construções sociais e culturais associadas aos papéis, comportamentos e atributos que uma sociedade considera apropriados para homens e mulheres. Identidade, por sua vez, abarca a percepção individual de si, incluindo aspectos como gênero, orientação sexual, raça, etnia e outras características pessoais. A sociedade civil desempenha um papel fundamental na promoção da conscientização e na luta pelos direitos de gênero e identidade. Organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e ativistas têm sido cruciais na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, na promoção da igualdade de gênero e na proteção contra discriminação e violência. Esses grupos frequentemente atuam na educação pública, oferecendo recursos, apoio psicológico e jurídico, além de pressionarem por mudanças legislativas e políticas. O poder público, em especial o poder judiciário, também exerce uma função essencial na proteção e promoção dos direitos relacionados ao gênero e identidade. Decisões judiciais têm sido vitais para o avanço dos direitos LGBTQIA+ e da igualdade de gênero. No Brasil, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem proferido decisões importantes, como a criminalização da homofobia e transfobia e o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Essas decisões são marcos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, como a implementação de leis contra a violência doméstica e a promoção de direitos reprodutivos, são fundamentais para assegurar que todas as pessoas tenham oportunidades iguais, independentemente de seu gênero ou identidade. A integração dos esforços da sociedade civil e dos poderes públicos é crucial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todos possam viver com dignidade e respeito.

Palavras-chave: Gênero; Identidade; Direitos humanos; Igualdade; LGBTQIA+.

O CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E A BUSCA POR UMA HERMENÊUTICA JURÍDICA ANTIRRACISTA

Autores(as): Daniel Gonçalves Cardoso; Laura Amaral da Silva Lopes; Leticia Martins da Silva; Yasmin Teixeira Martins; Yves Fernandes Carvalho Camila Carvalho De Souza; Cayo Silva Oliveira Gomes; Ester Lamego Ferrari Nascimento Breder; Filipe Damasceno Storti; Guilherme Souza Américo da Silva; Gustavo Silva Toledo; Liliane Ribeiro Souza; Maria Clara de Almeida Souza; Pedro Luiz Garcia Magi; Sérgio Silva Filho; Rodrigo Mendes Cardozo; Walter Veloso Dutra; Alan Bernardo Lemos Costa; Marluza Fernandes Roriz; Rejane Soares Hote.

RESUMO

A persistência do racismo no Brasil e sua estrutura ocidental/capitalista, destacando a necessidade de uma análise crítica da modernidade. Diversos estudos destacam tão grande o processo de escravização no território brasileiro, ressaltando a longevidade e crueldade desse processo, com efeitos até os dias atuais. Pensar do direito vem operando como uma superestruturação para que haja a manutenção da opressão racial, na atualidade, apesar das contradições que se suscita, a mesma tem o potencial de atuar como uma ferramenta imprescritível na luta do antirracista. Levando em consideração ao tema “A importância do constitucionalismo latino-americano na formação de uma hermenêutica jurídica antirracista”, foi entrevistado o professor Wendel Salum Dourado a respeito do tema em questão.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Antirracismo; Constitucionalismo latino-americano; Hermenêutica jurídica

CONCEITO DE BEM VIVER E O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO

Autores(as): Lorena Balbino Brasil de Oliveira; Rafael Euclides Silva Gomes; Abraão da Silva Fumian; Anna Clara Moraes Lazzaroni de Oliveira; Bernardo Fonseca de Oliveira; Clauan Lanes Alves; Estevão Batista Gomes; Gustavo Oliveira Nacarati; Iris Silva Sousa; Kailany Sodre Vitor Gezo; Loriane Aparecida Teixeira da Conceição; Marcone Junior Bevilaqua de Andrade; Yasmim Pereira Araujo; Rodrigo Mendes Cardozo; Walter Veloso Dutra; Alan Bernardo Lemos Costa; Marluza Fernandes Roriz; Rejane Soares Hote

RESUMO

O conceito de bem viver (Sumak Kawsay) tem sido incorporado de maneira crescente nas constituições de países como Equador e Bolívia, representando uma transformação paradigmática no campo do Direito Constitucional. O desafio futuro é traduzir os princípios do bem viver em ações concretas de desenvolvimento, especialmente no que tange à preservação ambiental, autonomia indígena e distribuição equitativa de recursos. É importante que o debate acadêmico e intelectual sobre o bem viver continue se aprofundando. O bem viver pode contribuir para um diálogo mais profundo entre conhecimentos tradicionais indígenas e o pensamento ocidental. Entre os desafios na implementação do bem viver, deve-se mencionar: a resistência cultural; as tensões com o mercado; a necessidade de reformas no ambiente jurídico e a insuficiência de dados e métricas para mensurá-lo.

Palavras-chave: Bem viver (Sumak Kawsay); Novo Constitucionalismo Latino-Americano; Saberes indígenas; Desenvolvimento sustentável.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL: ENTRE O DIREITO E A MUDANÇA INSTITUCIONAL.

Autores(as): Beatriz Tarden; Daniele Mello; Gabrielle Costa; Jessica Thucller; João Antonio; Layla Souza; Luiza Santos; Ludmila Menegucci; Otavio Augusto Garcia; Paula Rezende; Roberta Silva; Thalles Caon; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Marluza Fernandes Roriz; Alan Bernardo Lemos Costa; Filipe Segall Tavares

RESUMO

O objetivo do artigo é trazer, através de uma pesquisa bem abrangente e relevante sobre a interseção entre direito, mobilização social e mudança institucional. Ao longo, foram apresentados os conceitos de cada palavra e seus efeitos legais dentro da sociedade. O grupo apresentou exemplos de mobilização do direito em vários âmbitos, e como principal citação abordaram a “Campanha por um Brasil livre de Transgênicos”, uma discussão bem visada nos Estados Brasileiros, envolvendo grandes órgãos importantes, neste caso em questão, o Ministério Público. Campanha por um Brasil livre de Transgênicos; como exemplo é bastante pertinente, considerando o impacto dessa questão na sociedade brasileira e o envolvimento de importantes órgãos governamentais, como o Ministério Público. O artigo também observa a falta de estudos sobre esse tema no Brasil e apresenta dados empíricos de pesquisas sobre estratégias judiciais em conflitos ambientais e na Campanha por um Brasil Livre de Transgênico. O artigo enfatiza a relevância da compreensão dos efeitos das ações judiciais tanto para a mudança institucional quanto para a compreensão das dinâmicas de ação coletiva. Ele destaca a necessidade de análises tanto quantitativas quanto qualitativas dos padrões de demandas judiciais e o que essa mobilização social pode acarretar em mudanças institucionais.

Palavras-chave: Discussão; Direito; Mobilização Social; Transgênicos.

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE RECICLAGEM E COLETA SELETIVA

Autores(as): Alda Leticia Gonçalves Soares; Aline Amorim Soares; Elza Maria Tavares; Káren da Silva Moraes; Leticia Maria Vilela Laignier; Maria Luísa Henrique Pereira; Murilo Augusto da Silva Pena; Renata Rocha Martins; Roberta Oliveira Alves; Wallison Alves da Silva; Ângela Vitória Andrade Gonçalves da Silva; Quésia Ribeiro Alves; Leandro Araújo Cabral de Melo; Rodrigo Mendes Cardoso; Soraya Cézar Sanglard Costa; Marcorélio Rodrigues dos Reis; Wendel Salum Dourado

RESUMO

A relação entre cidadania, inclusão e questões ambientais é uma área rica e importante para discussão, pois a população precisa ter consciência de que atitudes no cotidiano podem causar danos irreversíveis ao meio ambiente, e que suas ações podem causar impacto a curto, médio e longo prazo. A Lei 12305/2010, que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevê no artigo 8º o estímulo à formação e crescimento de cooperativas ou outras organizações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, que desempenham um papel crucial na gestão dos resíduos urbanos. As associações de recicladores e cooperativas, que desempenham um papel fundamental na prática da reciclagem, muitas vezes não recebem o reconhecimento merecido pelos seus esforços em prol do meio ambiente e da sociedade. O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise detalhada da realidade das cooperativas de reciclagem em conjunto com a sociedade. A partir dessa análise, buscou-se promover a conscientização e identificar pontos de incentivo para a prática da reciclagem, com base em uma experiência prática. O presente trabalho utilizou um modelo de pesquisa exploratória e quantitativa, do qual se extraíram os seguintes resultados: A pesquisa focou na avaliação da atuação da Cooperativa Mista de Trabalho e Produção de Coleta Seletiva, Reaproveitamento e Reciclagem do Lixo LTDA. (Aguapé). Esta avaliação foi conduzida em campo, destacando a perspectiva específica dessa cooperativa. A metodologia utilizada pode ser adaptada para diferentes localidades, levando em conta aspectos culturais, econômicos e logísticos. Um programa de reciclagem e coleta seletiva eficaz necessita de uma abordagem sistemática e participativa, que envolva todos os setores da sociedade. Para a implementação do programa, foi realizada uma campanha de conscientização, com distribuição de sacos para coleta de materiais recicláveis e folhetos informativos. Essa campanha permitiu não só a compreensão do processo de reciclagem em si, mas também a identificação das histórias de vida dos trabalhadores envolvidos, que encontraram na reciclagem uma oportunidade de sobrevivência e realização de sonhos. Essa abordagem evidenciou a importância de uma metodologia adaptável e participativa para a eficácia de programas de reciclagem e coleta seletiva, ressaltando a necessidade de envolver toda a comunidade para alcançar os resultados desejados. A reciclagem e a coleta seletiva são práticas fundamentais para a preservação do meio ambiente e a promoção da sustentabilidade. Através dessas ações, é possível reduzir a quantidade de resíduos enviados para os aterros sanitários, economizar recursos naturais, diminuir a emissão de poluentes e contribuir para a geração de empregos.

Projeto Integrador

no setor da reciclagem. No entanto, é necessário que haja uma maior conscientização da população sobre a importância da separação correta dos resíduos e da destinação adequada dos materiais recicláveis. Além disso, é fundamental que sejam criadas políticas públicas e incentivos para a ampliação da reciclagem e da coleta seletiva em todas as cidades. É preciso que todos façam a sua parte para tornar o processo de reciclagem e coleta seletiva cada vez mais eficiente e abrangente. Somente com a participação de todos, poderemos garantir um futuro mais sustentável e equilibrado para as próximas gerações. Juntos, podemos fazer a diferença e transformar o nosso mundo em um lugar melhor para viver. Através da conscientização, infraestrutura adequada, e um sistema de monitoramento robusto, é possível alcançar resultados significativos na gestão de resíduos sólidos e na promoção da sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Cooperativas. Conscientização. Inclusão social.

**FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL: ATUAÇÃO EM DEMANDAS REPRIMIDAS DA
POLÍCIA AMBIENTAL DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
PROVENIENTES DE REQUISIÇÕES DO MINISTÉRIO
PÚBLICO/PROCURADORIA DA COMARCA DE ABRE CAMPO.**

Autores(as): Cassiane Knupp, Emilli Mendes de Oliveira, Keila Carla Pereira Bastos, Saulo Brum Miranda, Vitória Carvalho Silva, Welderson Brum Miranda, Xerxes Alves Albéfaro Farini, Ângela Vitória Andrade Gonçalves da Silva; Quésia Ribeiro Alves; Leandro Araújo Cabral de Melo; Rodrigo Mendes Cardoso; Soraya Cézar Sanglard Costa; Marcorélio Rodrigues dos Reis; Wendel Salum Dourado

RESUMO

Iniciamos a apresentação destacando a integração da extensão nas práticas de projeto integrador, enfatizando a importância de conectar o aprendizado teórico com a aplicação prática em questões relevantes para a comunidade. Este semestre, escolhemos focar no tema do meio ambiente, um tópico crucial para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida. Nossa proposta, intitulada "Faculdade de Portas Abertas", visa abrir as portas da instituição para a comunidade, criando um espaço de diálogo e cooperação para resolver problemas ambientais locais. Em 26/02/2024, iniciamos o projeto de extensão na sede do Pelotão PM de Meio Ambiente de Manhauçu, com o objetivo de identificar e solucionar desafios locais, focando na fiscalização ambiental. Recebidos pelo 1º Ten PM Rodrigues e pelo 3º Sgt Leandro, discutimos a demanda reprimida relacionada às requisições do Ministério Público (MP) e do Poder Judiciário, especialmente da Comarca de Abre Campo. O principal desafio identificado foi a fiscalização do cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), agravado pela distância e complexidade geográfica. Propomos, como solução inicial, um método oficial para comprovar o cumprimento dos TACs, visando à redução da demanda de fiscalização pela Polícia Ambiental. Em 29/02/2024, traçamos metas para acessar dados sobre TACs, ofícios e registros de fiscalização. Em seguida, entre 08/03/2024 e 12/03/2024, realizamos visitas ao MP e discutimos procedimentos operacionais. Identificamos que a Comarca de Manhauçu adota práticas diferentes da Comarca de Abre Campo, facilitadas pela estrutura de Entrância Especial com seis promotores. Propusemos duas soluções ao MP de Abre Campo: que os infratores comprovem o cumprimento dos TACs diretamente ao MP/PJ, e que adotem práticas similares às de Manhauçu. Em 05/04/2024, propusemos uma mesa redonda para debater a fiscalização ambiental. Planejamos o evento, convidando autoridades da Polícia Ambiental, representantes do MP, e outros stakeholders. Após dificuldades iniciais para agendar a mesa redonda, confirmamos sua realização para 28/05/2024, às 19:00, na Rede de Ensino Doctum Unidade Manhauçu. A mesa redonda visa discutir a fiscalização ambiental e a atuação em demandas reprimidas, buscando soluções colaborativas para aprimorar a eficácia da fiscalização e promover a conscientização ambiental. O objetivo do trabalho é abordar e solucionar as principais demandas do Policiamento Ambiental

Projeto Integrador

nas Comarcas de Manhuaçu e Abre Campo, especificamente as requisições do Ministério Público (MP) e Judiciais. O projeto visa identificar e compreender as dificuldades e limitações enfrentadas pelos policiais ambientais, com foco na fiscalização e cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Através de visitas e reuniões com os responsáveis do Pelotão de Meio Ambiente e representantes do MP, o trabalho busca desenvolver alternativas eficazes para comprovar o cumprimento dos TACs, reduzindo a demanda por fiscalizações e melhorando a eficiência operacional. A proposta inclui a organização de uma "mesa redonda" com a participação de membros da polícia ambiental e do MP para discutir e implementar práticas que possam ser adotadas em Abre Campo, baseadas no modelo bem-sucedido de Manhuaçu. Conseguimos desenvolver uma atividade, mesa redonda, para as soluções sobre a demanda reprimida, e assim, identificar a melhor alternativa para que se resolva a problemática atual. Uma das dificuldades da fiscalização dos TACs, é justamente a polícia ambiental ter que se deslocar do batalhão até o local da infração ambiental, que na maioria das vezes é em zona rural e de distante localização. Hoje em dia, contamos com tecnologias que facilitam a fiscalização, como, por exemplo, o implemento de drones e fiscalização por satélite, haja vista que nada substitui o “pisar no solo”, diz o Ten. Rodrigues. Promovemos a Mesa Redonda sobre Fiscalização Ambiental, onde destacou -se a eficácia das operações conjuntas para reduzir demandas pendentes, evidenciado pela queda de 57 para 12 das requisições de TACs da Comarca de Abre Campo. Por outro lado, a comarca de Manhuaçu, que fica responsável pelas denúncias e fiscalização dos TACs aplicados e também ficam incumbidos de ir ao local da infração para averiguação devido a especialização da polícia ambiental nesse tema. Teve um pequeno aumento de 30 para 32 até a presente data. Comparando, as comarcas de Abre Campo e Manhuaçu revelou que a atribuição da fiscalização a engenheiros ambientais, como praticado em Abre Campo, poderia aumentar a eficiência e liberar a Polícia Ambiental para outras tarefas. Mas, devido a especialização da polícia nesse sentido, o maior empecilho na verdade, é a falta de pessoal. Mencionado pelo Ten. Rodrigues o pelotão de meio ambiente é responsável por uma área três vezes maior do que a do próprio 11º Batalhão onde o pelotão fica sediado. A discussão também abordou o potencial revolucionário das tecnologias de monitoramento, como imagens de satélite, para aprimorar a fiscalização ambiental, embora isso já venha sendo usado, falta investimentos em infraestrutura e treinamento de pessoal, já que há também a necessidade de visita técnica, até mesmo para evidenciar outras possíveis infrações. Em suma, os resultados indicam a importância de recursos adequados e a adoção de práticas inovadoras para melhorar a fiscalização ambiental de forma sustentável.

Palavras-chave: Fiscalização Ambiental. Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Tecnologia na Fiscalização. Sustentabilidade

BENEFÍCIOS DA NETZERO PARA A SUSTENTABILIDADE GLOBAL

Autores(as): Ana Luiza Duarte Paixão, Derick Henrique de Souza Palermo, Elisa Lavina de Freitas Mariano, José Renato Getulino Camilo, Kauan Vanderlei Kassiano, Maisa de Oliveira Silva, Ruan Sanglard, Taísa Carvalho de Souza E Thaísa Hott Lopes, Ângela Vitória Andrade Gonçalves da Silva; Quésia Ribeiro Alves; Leandro Araújo Cabral de Melo; Rodrigo Mendes Cardoso; Soraya César Sanglard Costa; Marcorélio Rodrigues dos Reis; Wendel Salum Dourado

RESUMO

O projeto titulado como Faculdade Portas Abertas propõe a partir da abertura das portas da faculdade promover uma troca de conhecimentos sobre o meio ambiente, seja por meio de palestras, entrevistas, visitação ou outras formas. Nosso grupo abordou a empresa NetZero e por meio de visita e entrevista trouxemos para a população como a empresa trabalha e quais seus desafios para o desenvolvimento ambiental e a sustentabilidade por meio de um carvão vegetal. Objetivando (i) promover a disseminação de conhecimento e boas práticas relacionadas à sustentabilidade e questões ambientais, especialmente no que diz respeito ao uso do biochar na agricultura e seus impactos no meio ambiente; bem com (ii) explorar o mundo do biochar e seus impactos no meio ambiente e na agricultura, destacando a importância e os benefícios dessa prática para os produtores rurais e para o clima, além de abordar estratégias para promover a sustentabilidade na agricultura, foram conduzidas entrevistas e pesquisas para avaliar o conhecimento das comunidades rurais sobre NetZero e biochar. A educação ambiental é o principal resultado buscado, a troca de informações, as entrevistas e todas as ações buscam a solução para o desenvolvimento sustentável. A faculdade juntamente com os alunos busca levar a toda as pessoas um pouco de conhecimento sobre o meio ambiente. Nosso grupo alcançou mais de 200 pessoas por meio da divulgação do podcast via Spotify, juntamente com a página no Instagram pudemos estar disseminando sobre desenvolvimento sustentável. Conclui-se que há várias formas de buscar um mundo mais sustentável e que ainda falta muitos obstáculos para chegarmos até lá, entretanto a principal maneira é divulgando, educando a sociedade para assim termos um planeta sustentável.

Palavras-chave: Conscientização ambiental. Desenvolvimento sustentável. Educação ambiental. Sustentabilidade

COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS E INCLUSÃO DOS CATADORES

Autores(as): Adrielly Araujo, Ana Laura Sales, Ariane Rhodes, Helena Fock, Karolinne Padilha, Larissa Muller, Luccas Brandão, Marcella Barros, Marco Aurélio Sales, Maria Eduarda Santos, Ângela Vitória Andrade Gonçalves da Silva; Quésia Ribeiro Alves; Leandro Araújo Cabral de Melo; Rodrigo Mendes Cardoso; Soraya Cézar Sanglard Costa; Marcorélio Rodrigues dos Reis; Wendel Salum Dourado

RESUMO

A coleta seletiva, ao separar os resíduos recicláveis dos não recicláveis, permite a destinação adequada dos materiais e sua reintegração ao ciclo produtivo, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais e minimizando a poluição. No entanto, é imperativo reconhecer o papel fundamental dos catadores nesse processo. Muitas vezes marginalizados e invisibilizados, os catadores são verdadeiros agentes de transformação, dedicados a resgatar do descarte aquilo que ainda possui valor econômico e ambiental. Neste contexto, a inclusão dos catadores não se limita apenas ao aspecto econômico, mas engloba também a garantia de seus direitos fundamentais, a promoção de sua dignidade e o reconhecimento de sua contribuição para a construção de uma sociedade mais sustentável. Assim, a coleta seletiva de resíduos e a inclusão dos catadores não são apenas práticas isoladas, mas sim partes integrantes de um movimento mais amplo em direção a um futuro mais justo e equilibrado para todos. Nosso objetivo é conscientizar a população sobre a importância da separação correta dos materiais recicláveis e orgânicos, ao mesmo tempo em que buscamos proporcionar melhores condições de trabalho e inclusão social para os catadores, dando visibilidade e valorizando seu trabalho, e contribuindo para uma sociedade mais justa e sustentável. Além de gerar conhecimento e conscientização na população a cerca deste assunto, para que ele seja usado no dia a dia, fazendo com que a população em geral contribua para que esse processo se torne mais visível e que tenha ajuda para ser realizado, O presente projeto de extensão abordando o tema de coleta seletiva de resíduos e inclusão dos catadores, integra os grupos presentes visando exteriorizar as informações para com a sociedade local, buscando interpor esta prática de extensão universitária para com o meio, dentro da cidade, e levando as práticas e informações para além da faculdade. Busca-se a partir do projeto, integrando analistas e coordenadores responsáveis pelas mudanças de campo, juntamente com os alunos e funcionários da instituição, exercer a exposição de todo cenário exterior e suas intenções e impactos nas ações de cada indivíduo. Através da metodologia pesquisa-ação, propõe-se no viés do eixo temático da disciplina, buscar demonstrar participação ativa para resolução de problemas reais com as organizações e grupos locais que militam na área de coleta seletiva para assim entender suas dificuldades, perspectivas e competências durante todas as mudanças e implantações, e assim, a partir disto, elaborar as possíveis alternativas que cooperam para viabilização da transformação no local, para, ao final, avaliar os resultados e verificar a respeito de suas mudanças posteriores e adequação para com toda sociedade. Utilizando a metodologia baseada em entrevistas e seminários,

Projeto Integrador

podemos concluir que a coleta seletiva é crucial para a gestão adequada dos resíduos, promovendo a reintegração de materiais ao ciclo produtivo e reduzindo impactos ambientais. No entanto, é igualmente essencial reconhecer e valorizar o papel dos catadores, que como foi dito na apresentação, apesar de frequentemente marginalizados, são agentes chave na sustentabilidade. A inclusão desses trabalhadores vai além do aspecto econômico, abrangendo o respeito a seus direitos, a promoção de sua dignidade e o reconhecimento de sua importância. Em resumo, a coleta seletiva é vital para a sustentabilidade ambiental e a redução dos impactos dos resíduos sólidos, os catadores nesse processo, devem ser reconhecido por seu papel essencial na reciclagem. Nosso objetivo é conscientizar a população sobre a importância da separação correta dos resíduos e melhorar as condições de trabalho e inclusão social dos catadores, valorizando seu trabalho. Assim, buscamos contribuir para uma sociedade mais justa e sustentável, promovendo o conhecimento e a participação da população nesse processo.

Palavras-chave: Coleta seletiva. Inclusão social. Catadores de recicláveis. Sustentabilidade. Conscientização ambiental.

SANEAMENTO BÁSICO E QUALIDADE DE VIDA: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Autores(as): : Iara Julia, Julia Leite, Douglas Mataveli, Roselane Cerqueira, Adriana Solis, Eduarda Altino, Joyris Valadão, Alirylene Carla; Ângela Vitória Andrade Gonçalves da Silva; Quésia Ribeiro Alves; Leandro Araújo Cabral de Melo; Rodrigo Mendes Cardoso; Soraya César Sanglard Costa; Marcorélio Rodrigues dos Reis; Wendel Salum Dourado

RESUMO

O presente trabalho de Projeto Integrador da Faculdade de Direito aborda um tema de grande relevância social e jurídica: o saneamento básico. A ausência de acesso a serviços essenciais de saneamento básico é um problema crítico que afeta milhões de brasileiros, comprometendo a saúde pública, a qualidade de vida e os direitos humanos fundamentais. Para enriquecer nossa análise, realizamos uma entrevista com a especialista Fernanda Deister, que nos forneceu valiosas informações sobre os principais desafios enfrentados no setor de saneamento básico, as soluções mais eficazes para superar essas dificuldades e o papel crucial das ONGs no apoio às populações desassistidas. O objetivo deste trabalho é analisar as políticas de Saneamento básico em um determinado país, identificando lacunas e propondo medidas para melhorar o descuido com o SANEAMENTO BÁSICO, visando promover saúde pública e a sustentabilidade ambiental, e como um trabalho de extensão procuramos saber onde a população poderia estar ajudando. Como metodologia, foi utilizado a prática de pesquisa-ação. Para este trabalho extensionista foram realizadas entrevistas online com especialistas envolvidos no setor de SANEAMENTO BÁSICO. A seleção da participante foi feita com base em sua experiência e conhecimento relevante na área. A entrevista foi conduzida por meio de videoconferência, utilizando a plataforma Google meet. Essa entrevista teve em média duração de 1 hora. As perguntas foram elaboradas previamente e abordaram temas como políticas de saneamento, desafios, soluções propostas e impactos sociais e ambientais, as respostas foram registradas e posteriormente analisadas por meio de análise de conteúdo. Nos resultados do nosso estudo sobre saneamento básico, observamos várias tendências e desafios significativos. A análise foi realizada em várias áreas, incluindo saúde pública, aspectos econômicos, impacto ambiental e questões sociais. Concluímos que se destacam a necessidade urgente de investimentos em saneamento básico, especialmente em áreas rurais e periféricas. As melhorias nesses serviços são essenciais não apenas para a saúde pública, mas também para o desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: Saneamento básico. Saúde pública. Sustentabilidade ambiental. Políticas públicas

DESPERDÍCIO ZERO

Autores(as): Ana Luiza, Diemyllin, Izabela, Izabelly, Luana Amorim; Luiz Antônio; Nara; Ruan; Victor Hugo; Ângela Vitória Andrade Gonçalves da Silva; Quésia Ribeiro Alves; Leandro Araújo Cabral de Melo; Rodrigo Mendes Cardoso; Soraya Cézar Sanglard Costa; Marcorélio Rodrigues dos Reis; Wendel Salum Dourado

RESUMO

Este projeto foi desenvolvido com o intuito de promover a conscientização sobre a importância da reciclagem e do desperdício zero de materiais recicláveis. Fizemos contato com a Usina de Reciclagem de Ipanema/MG com o intuito de informar, através das redes sociais, como funciona o processo de reciclagem e a melhor forma da população contribuir com esse trabalho. Três objetivos foram fixados como centrais: (i) conscientizar a população em geral sobre a importância da reciclagem e seus benefícios; (ii) coletar materiais recicláveis para apoiar a Usina de Reciclagem local e; (iii) promover práticas sustentáveis e ecológicas na comunidade. O projeto demonstrou a eficácia das campanhas de conscientização e da coleta seletiva para reduzir o desperdício e promover a reciclagem. O contato feito com a Usina de Reciclagem foi crucial para o sucesso das atividades, mostrando que a colaboração entre a comunidade e os servidores, pode gerar grandes benefícios ambientais

Palavras-chave: Reciclagem. Conscientização ambiental. Desperdício zero. Sustentabilidade.

IGUALDADE: 3 DIMENSÕES, 3 DESAFIOS

Autores(as): Arthur Carvalho, Ana Júlia Barreto, Mephisto Mendes Lima, Marcela Arthuso, Lorryne Stheffane, Raissa Mara, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, João Paulo Reis de Deus, Deivide Júlio Ribeiro, Karina de Cassia Caetano, Alexandro Pastorini, Márcia Fernanda Corrêa Faria

RESUMO

O texto estudado menciona como certas minorias possuem acesso reduzido às posições de poder e prestígio, porém esquece de ressaltar como essa situação é acentuada quando essas pessoas não possuem poder financeiro, já que o dinheiro pode providenciar uma grande melhoria ao acesso a recursos básicos e oportunidades, criando ainda mais disparidades e desafios para aqueles que são incapazes de utilizar sua renda para outros fins além da própria sobrevivência. A educação de qualidade necessária para o entendimento da linguagem formal que constitui textos e documentos oficiais não é fornecida por instituições de ensino públicas, as etapas e processos de desenvolvimento de leis e projetos não são facilmente acessíveis e grande parte da população, devido a esses fatores, não exercem seus direitos de participação no desenvolvimento do país. Essa estrutura cria um ciclo de ignorância e controle, além de um enorme ciclo vicioso de desigualdade, prevendo ascensão social daqueles que não são favorecidos com uma boa vida financeira, onde a falta de recursos financeiros leva à falta de acesso a oportunidades, perpetuando assim a marginalização e a exclusão social. Para romper esse ciclo, é fundamental abordar não apenas os sintomas, mas também as raízes profundas da desigualdade financeira e social, buscando políticas e práticas que promovam a equidade e a inclusão em todos os níveis da sociedade. Esses assuntos são desafiadores, mas é crucial discuti-los para promover mudanças positivas em nossa sociedade.

Palavras-chave: Desigualdade; Educação; Sociedade; Dificuldade.

EM BUSCA DO PLURALISMO JURÍDICO GLOBAL

Autores(as): Eder Lúcio Rocha, Thamires Silva, Izabela Silva, Ítalo Ayala, Edward Taveira, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, João Paulo Reis de Deus, Deivide Júlio Ribeiro, Karina de Cassia Caetano, Alexandro Pastorini, Márcia Fernanda Corrêa Faria

RESUMO

O pluralismo jurídico tem como foco à contestação da tese de que somente o Estado pode produzir normas jurídicas, sendo definido como a presença de mais de um sistema regulatório jurídico em um mesmo espaço geográfico e social previamente estabelecido. Do outro lado da moeda temos o monismo jurídico estatal tendo o estado como único meio regulatório, sendo sua concepção fundamentada na existência de um único direito, de caráter absoluto, comum a toda a nação, de forma que o estado denomina o que é lícito. Ao longo do decorrer do crescimento da sociedade e com a crescente globalização se tornou corriqueiro que em um mesmo grupo populacional haja um sistema oficial de leis e um oficioso, regendo em momentos diferentes aspectos distintos dessa mesma sociedade. Esta pluralidade normativa pode ter uma fundamentação econômica, rática, profissional ou pode surgir durante períodos de mudanças sociais abruptas, como uma revolução em curso; ou ainda pode emergir do conflito entre diferentes classes sociais. pluralismo jurídico não estabelece novos direitos sociais ou normas regulatórias; ao contrário, apenas reestrutura as expressões do modelo anterior.

Palavras-chave: Pluralismo Jurídico; Jurídicas; Globalização.

DIREITO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E MUDANÇA INSTITUCIONAL

Autores(as): Hylary Verônica, Laís Barros, Camila Vitória, Laura Martins, Ana Luiza Fernandes, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, João Paulo Reis de Deus, Deivide Júlio Ribeiro, Karina de Cassia Caetano, Alexandro Pastorini, Márcia Fernanda Corrêa Faria

RESUMO

A pesquisa analisa as interações entre movimentos sociais e órgãos jurídicos visando investigar os efeitos decorrentes do uso de litígios como tática de ação coletiva em conflitos ambientais. Com embasamento empírico e considerando a perspectiva teórica da Teoria da Mobilização Legal, identificamos distintos tipos de consequências: aqueles que alteram ou reforçam os próprios processos de mobilização social e os impactos nas estruturas institucionais. Destacamos que a opção por estratégias judiciais acarreta implicações relevantes nos processos de mobilização social e de transformação das instituições. A análise se baseou nos resultados de duas pesquisas que investigaram o emprego da Ação Civil Pública em conflitos ambientais. Uma delas levantou dados sobre disputas ambientais no Estado do Espírito Santo e na cidade do Rio de Janeiro, enquanto a outra examinou informações da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos.

Palavras-chave: Mobilização do direito; Movimentos sociais; Ambientalismo.

INTERSECCIONALIDADE

Autores(as): Maria Eduarda Ferreira, Júlia Porto, Júlia Vieira, Júlia Trindade, Ketely Gomes, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, João Paulo Reis de Deus, Deivide Júlio Ribeiro, Karina de Cassia Caetano, Alexandro Pastorini, Márcia Fernanda Corrêa Faria

RESUMO

A interseccionalidade, conceito sociológico sistematizado por Kimberlé Crenshaw, aborda a sobreposição de opressões e discriminações em nossa sociedade. Este conceito analisa como identidades individuais, como gênero, etnia, raça, localização geográfica e idade, interagem e influenciam mutuamente, gerando diversas desigualdades ou vantagens. A interseccionalidade é uma ferramenta analítica importante para entender as relações sociais de raça, sexo e classe, e os desafios para a adoção de políticas públicas eficazes. Os debates sobre interseccionalidade surgiram a partir das lutas e teorizações dos movimentos feministas negros nos Estados Unidos e no Reino Unido entre os anos 1970 e 1980. Em resumo, a interseccionalidade ajuda a entender como as identidades individuais se cruzam e se influenciam mutuamente, e como isso afeta a opressão e a discriminação em diferentes grupos de pessoas.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Identidade; Diversidade; Inclusão; Exclusão..

PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O DIREITO AO CASAMENTO A PARTIR DA ABORDAGEM DAS VULNERABILIDADES

Autores(as): Emmily Ingrid Candeia Souza, Gabriel Lana Santos Veloso, Maria Eduarda P. Gomes Alves, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, João Paulo Reis de Deus, Deivide Júlio Ribeiro, Karina de Cassia Caetano, Alexandro Pastorini, Márcia Fernanda Corrêa Faria

RESUMO

A pessoa com deficiência é definida pela lei brasileira de inclusão como alguém que possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Este impedimento, em interação com barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade. A avaliação da deficiência é realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando aspectos como impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, limitação no desempenho de atividades e restrição de participação. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo congresso nacional, servem como base para a lei brasileira de inclusão. A secretaria nacional dos direitos da pessoa com deficiência coordena as políticas públicas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, atua no enfrentamento às violências e ao capacitismo, promove a acessibilidade e tecnologia assistiva, e protege e promove os direitos dessa população. A legislação brasileira adota um critério social, não apenas médico, para definir quem é considerado pessoa com deficiência, visando à inclusão e ao respeito à diversidade humana.

Palavras-chave: Deficiência, Vulnerabilidade, Personalidade.

GÊNERO E COLONIALIDADE: EM BUSCA DE CHAVES DE LEITURA E DE UM VOCABULÁRIO ESTRATÉGICO DESCOLONIAL

Autores(as): Philipe Carvalho, Maria Júlia, Camila Alves, Larissa Caetano, Gabriel Dias, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, João Paulo Reis de Deus, Deivide Júlio Ribeiro, Karina de Cassia Caetano, Alexandro Pastorini, Márcia Fernanda Corrêa Faria

RESUMO

O artigo "Gênero e Colonialidade: Em Busca de Chaves de Leitura e de um Vocabulário Estratégico Descolonial" propõe uma análise crítica das interseções entre gênero e colonialidade, destacando a necessidade de desenvolver um vocabulário descolonial para compreender essas dinâmicas. Através de uma abordagem interdisciplinar, os autores exploram como as estruturas coloniais continuam a influenciar as relações de poder, identidade e subjetividade, especialmente no contexto latino-americano. Eles enfatizam a importância de identificar e desafiar os discursos hegemônicos que perpetuam a marginalização e a opressão de grupos historicamente subalternizados. Ao enfatizar a centralidade do gênero na reprodução da colonialidade, os autores promovem uma reflexão sobre as formas de resistência e transformação social. Este artigo contribui significativamente para os estudos de gênero e para o movimento descolonial, oferecendo uma análise crítica das estruturas sociais e culturais que moldam as experiências individuais e coletivas.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Identidade; Diversidade; Inclusão; Exclusão.

PENSANDO COMO UM NEGRO: ENSAIO DE HERMENÊUTICA JURÍDICA

Autores(as): Fernando Henrique, Iago Brandão, João Paulo, Samuel Silva, Ana Carolina, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, João Paulo Reis de Deus, Deivide Júlio Ribeiro, Karina de Cassia Caetano, Alexandro Pastorini, Márcia Fernanda Corrêa Faria

RESUMO

No seguinte trabalho é abordado a crítica sobre o texto: pensando como um negro, que apresenta as dificuldades presentes na vida de um negro nos fazendo refletir sobre diversas formas que o preconceito está presente em nosso país, esse trabalho mostra a importância de falarmos desse assunto que ainda é algo frequente na realidade que vivemos em com base nos privilégios da população branca em relação a um grupo subalterno com base na desigualdade, racismo, oportunidades de modo geral demonstra como é ser negro no Brasil e como isso pode interferir no meio jurídico, trabalhista entre outros, o trabalho de modo geral faz uma crítica com base nos conhecimentos tragos pelo autor que passou por muitas dificuldades durante toda sua vida devido ao seu tom de pele.

Palavras-chave: Hermenêutica; Subalterno; Negro; Liberalismo; Jurista.

NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Autores(as): João Victor, Erick Pimentel, Graciele Silva, Maria Eduarda Santos, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, João Paulo Reis de Deus, Deivide Júlio Ribeiro, Karina de Cassia Caetano, Alexandro Pastorini, Márcia Fernanda Corrêa Faria

RESUMO

A pesquisa analisa A divisão sexual do trabalho, e refere-se à maneira como as tarefas e responsabilidades são distribuídas entre homens e mulheres na sociedade. Ao longo do tempo, essa divisão tem mudado devido a fatores como avanços tecnológicos, mudanças culturais e lutas por igualdade de gênero. A divisão sexual do trabalho é um tema amplo e complexo que abrange diversas áreas, desde questões econômicas e culturais até políticas e sociais.

Palavras-chave: Igualdade de gênero, desigualdade salarial, Divisão do trabalho

NECROPOLÍTICA TRANS: O GÊNERO, COR E RAÇA DAS LGBTQIAPN+ QUE MORREM NO BRASIL SÃO DEFINIDOS PELO RACISMO DO ESTADO

Autores(as): Cibele Freitas, Rita Lima, Lidiane Freitas, Estefane Nascimento, Ludmila Silva Santos, Maria Eduarda Gomes, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, João Paulo Reis de Deus, Deivide Júlio Ribeiro, Karina de Cassia Caetano, Alexandro Pastorini, Márcia Fernanda Corrêa Faria

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a situação da necropolítica trans do Brasil, de forma crítica e reflexiva sobre as interseções entre racismo de Estado e as violências enfrentadas pela população LGBTI+, especialmente travestis e mulheres trans negras. Diante do cenário de incertezas, verificou-se a crueldade de como as políticas estatais atuam diretamente na determinação de quem vive e quem morre, destacando a marginalização e a vulnerabilidade enfrentadas por esses grupos. Através do conceito de necropolítica, inspirado em Achille Mbembe, buscou-se de modo específico enfatizar através de dados estatísticos como a população trans, em especial as mulheres negras, são consideradas corpos descartáveis, destinados à morte. Constatou-se que o racismo acontece no âmbito cultural de forma oculta sendo um reflexo do racismo estrutural e de forma contundente, revelando a urgência de políticas públicas para repensar as dinâmicas de poder, discriminação e exclusão que permeiam a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Invisibilidade social; Necropolítica trans; Políticas públicas; Racismo estrutural.

A INILUDÍVEL E DESUMANA PREVALÊNCIA DO RACISMO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DE CAMPO NA CIDADE DE JOÃO MONLEVADE

Autores(as): Brenda Vitória Silva Repolês, Eder Lucas Silveira Freitas, Lucas Philip Oliveira Cruz, Nádia Cristina Rosa Lucindo, Najida Aline Da Silva, Dário José Soares Júnior, Amaral Roque Bueno, Eloá Monteiro de Barros, Fabiano Thales de Paula Lima, Felipe Capareli

RESUMO

A luta contra o racismo ambiental envolve questões muito mais subjetivas e profundas do que se pode simplificar. Afinal de contas, compreendem principalmente o combate às questões que fundam nossa sociedade: principalmente, desigualdade de classe e racismo estrutural. Mas, sem dúvidas, as ações de combate devem passar pela defesa de direitos humanos e ambientais e a valorização da experiência das comunidades que são afetadas com essas questões. Diante a pluralidade de análise que compõe o tema estudado é fato que é importante estudarmos e discutirmos a desigualdade e as discriminações étnicas e raciais para entendê-las e assumir o compromisso de combatê-las a fim da construção democrática. Essas desigualdades têm como características o acesso à informação, que não efetivada atrai sérios problemas e contribuindo ainda mais com o aumento considerável de discriminação raciais. A luta contra o racismo ambiental envolve questões da defesa dos direitos humanos e ambientais e para evitar essa desigualdade, é necessário que a sociedade reconheça como um todo o problema e tome medidas para combatê-lo através de planos de políticas públicas, que levem em conta as desigualdades sociais e econômicas, à participação das comunidades afetadas na tomada de decisão, a promoção da educação ambiental, a valorização do conhecimento tradicional das comunidades, pois só por meio da introdução desse assunto em locais de aprendizado como as escolas que veremos futuras gerações mais conscientes e sensíveis ao um assunto que percorre por vários séculos.

Palavras-chave: Racismo ambiental. Direitos Humanos. Meio ambiental.

POLÍTICAS SOCIAIS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Autores(as): Ana Clara Ferreira Santos , Anna Julha Ferreira da Silva, Flávia Eduarda Figueiredo Rodrigues, Gabriel Augusto Francisco, Jorge Wagner da Cruz Oliveira, Milene Katlin Santos, Luis Augusto Pádua Santos, Silvio Júnior, Dário José Soares Júnior, Amaral Roque Bueno, Eloá Monteiro de Barros, Fabiano Thales de Paula Lima, Felipe Capareli

RESUMO

Este estudo objetivou realizar um amplo levantamento de documentos e bibliografias para examinar a evolução das políticas de inclusão social das pessoas com deficiência (PCD) no Brasil, desde a promulgação da Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência pela ONU em 1975 até o presente. Utilizando descritores como "deficiência", "PCD", "pessoas com deficiência", "inclusão social", "políticas de inclusão social" e "trabalho", foram coletados e organizados materiais relevantes de maneira lógica e, sempre que possível, cronológica. O estudo também buscou identificar os principais marcos legislativos e políticos relacionados à inclusão das PCD, assim como avaliar sua situação atual no país, incluindo dados quantitativos, distribuição geográfica e acesso a direitos fundamentais. Além disso, foram discutidas perspectivas futuras e estratégias necessárias para promover uma inclusão social eficaz e abrangente das pessoas com deficiência na sociedade brasileira. O método adotado caracterizou-se como uma pesquisa exploratória de natureza documental e qualitativa, com o propósito de oferecer uma compreensão detalhada do tema em questão. Este estudo visa contribuir para o avanço das políticas públicas de inclusão e para a promoção de uma sociedade mais igualitária e acessível para todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades ou limitações.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Inclusão social. Igualdade..

INJUSTIÇA AMBIENTAL, MINERAÇÃO E SIDERURGIA

Autores(as): Bráulio Lacerda, Hariel Prates, Giovanna Marques, Talita Emília, Thamires Arantes, Sarah Rebeca, Josiane Campos e Samara Rosa, Dário José Soares Júnior, Amaral Roque Bueno, Eloá Monteiro de Barros, Fabiano Thales de Paula Lima, Felipe Capareli

RESUMO

A realização deste projeto integrador permitiu uma análise aprofundada dos impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da mineração e siderurgia, com foco especial nos casos das tragédias de Mariana e Brumadinho. A pesquisa reafirma a importância de um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico proporcionado pela mineração e siderurgia e a preservação ambiental e bem-estar social. Para mitigar os riscos e maximizar os benefícios dessas atividades, é crucial a cooperação entre governos, empresas e sociedade civil, visando a implementação de práticas mais sustentáveis e responsáveis. Este projeto integrador não apenas reforça a necessidade de mudanças estruturais nas práticas da indústria mineradora e siderúrgica, mas também serve como um chamado à ação para todos os envolvidos na busca por um futuro mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Injustiça ambiental. Desenvolvimento sustentável. Justiça social.

JUSTIÇA AMBIENTAL: GOVERNANÇA E DIVERSIDADE.

Autores(as): Gabriela de Souza, Gabriela Mayrink, Isa de Souza, Jonathas Mayrink, Karina Teodoro, Maria Isabela, Pablo Marques, Wallace Gandra, Dário José Soares Júnior, Amaral Roque Bueno, Eloá Monteiro de Barros, Fabiano Thales de Paula Lima, Felipe Capareli

RESUMO

A interdependência entre justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability* na busca por sociedades equitativas e sustentáveis enfatiza o papel crucial do governo, da sociedade civil e do setor privado nesse processo. No entanto, ressalta falhas na regulação ambiental, como a aprovação de licenças em desacordo com recomendações técnicas, e as dificuldades de acesso à informação para a população. As Audiências Públicas são criticadas por sua falta de eficácia na participação pública informada. Assim, é evidente a necessidade de melhorias no sistema de governança e na transparência para garantir uma gestão ambiental mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Justiça ambiental. Diversidade cultural. Governança.

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: OS VISADOS TERRITÓRIOS DOS INVISÍVEIS

Autores(as): Erinac Santos, João Vitor Pereira Moura da Cruz, Kawan Felipe Lopes Silva, Luan Victor Assunção Brito, Maria Clara Ferreira Pesce, Marina Vitória Gonçalves Soares, Vitória Gabriela da Silva Souza, Dário José Soares Júnior, Amaral Roque Bueno, Eloá Monteiro de Barros, Fabiano Thales de Paula Lima, Felipe Capareli

RESUMO

O texto-base analisa a questão dos territórios ocupados por povos indígenas e comunidades tradicionais, enfocando a invisibilidade e o impacto das políticas públicas sobre essas populações. Além dele, o grupo trouxe o palestrante professor Fausto Augusto Mendes Barros, pesquisador nato, Graduado em História pela Unileste/MG, professor da rede estadual de MG, ensino fundamental e médio que atuou ostensivamente com os povos originários pela rede municipal de ensino em Parauapebas/PA em 2014. Os autores do texto-base, o palestrante e professor concluíram destacando a responsabilidade compartilhada de proteger e promover a diversidade cultural e ambiental, reconhecendo que a preservação desses povos e suas formas de vida é essencial para a construção de um mundo mais justo, sustentável e inclusivo para as gerações presentes e futuras. A ação é uma abordagem holística e colaborativa na busca de soluções para os desafios enfrentados pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, visando garantir o respeito aos seus direitos e a sua dignidade como seres humanos.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais. Diversidade cultural e ambiental. Sustentabilidade.

PROJETO INTEGRADOR: ACESSO À JUSTIÇA.

Autores(as): Guilherme Madeira Martins, Eloá Monteiro de Barros, Francisco Henrique Otoni de Barros, Rodrigo Barbosa Luz, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Fabiano Thales de Paula Lima

RESUMO

Durante o semestre, os alunos participaram de uma série de ciclos de seminários, nos quais tiveram a valiosa oportunidade de realizar pesquisas aprofundadas, debater extensivamente sobre os temas propostos e produzir banners com base em suas investigações. Essa experiência não só aprimorou suas habilidades de pesquisa e escrita, mas também fomentou um ambiente de aprendizado colaborativo e crítico. O calendário contendo todas as datas referentes à disciplina Projeto Integrador (atividade avaliativa + palestra com o convidado externo + confecção do banner) foi disponibilizada para os alunos matriculados. Após o ciclo intensivo de seminários, que incluiu a produção de banners e papers e ocupou grande parte do semestre com atividades de pesquisa, a disciplina culminou em uma enriquecedora atividade de extensão. Este momento de encerramento foi marcado pela palestra do professor, escritor e Procurador da Fazenda Nacional Daniel Giotto de Paula (convidado externo), intitulada “Tempos estranhos e outros clichês – estudos sobre direito e diversidade”.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Diversidade. Extensão.

PROJETO INTEGRADOR I: DIVERSIDADE

Autores(as): Luana Petry Valentim Mendonça, José Eduardo Balikian, Aubério Brito, Bernardo Barcelos, Mariana Mutiz.

RESUMO

O programa de extensão escolhido para este semestre é à Realização de rodas de conversa, mesa redonda, roda de bate papo, entrevistas envolvendo a comunidade externa; seminários (para elaboração do relatório de extensão e paper), buscando com o apoio dos discentes, e por meio de seminários nas aulas conectadas com profissionais convidados da área do eixo central do tema do projeto “Diversidade”, discutir questões voltadas a pluralidade e a diversidade, de modo à lidar melhor com a luta pelo reconhecimento das minorias, luta esta que envolve a igualdade, como Direito Fundamental, definida como isonomia (igualdade perante a lei), igualdade como equidade (ou igualdade material) e igualdade como diversidade (que percebe que grupos se auto atribuem traços distintivos e que tais traços devem ser preservados). O eixo central do tema, possibilitará ao aluno o conhecimento frente às complexas questões que permeiam a vida em uma sociedade plural. À inclusão daqueles que, de forma sistêmica, são excluídos dos processos de decisões políticas, a partir da reatualização crítica dos conceitos de raça, e formação da identidade nacional brasileira e etnia.

Palavras-chave: Diversidade. Reconhecimento de minorias. Isonomia. Equidade.

PROJETO INTEGRADOR III: IGUALDADE

Autores(as): João Fernando Vieira da Silva, Mariana Mutiz, Bernardo Barcelos, Fabiane Aride, Aubério Brito, Lígia Vianna..

RESUMO

Aqui o foco é ter em mente a abordagem ao direito de minorias, com apologia direitos humanos. É preciso superar ranços e preconceitos, superar o senso comum e celebrar a dignidade de pessoas segregadas, bem como explicar que o gênero não é uma construção biológica, mas sim social, vinculada à forma como a pessoa concebe sua existência e identidade, dados que não se confundem com questões afetas à sexualidade, parâmetros vinculados a questões emotivas.

Palavras-chave: Igualdade, Minorias, Direitos Humanos.

POLÍTICAS SOCIAIS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Autores(as): Andressa Rodrigues Trindade, Cássia Cristina Miranda da Silva Araújo, Hosana Klose Ramos Rodrigues, Laura Horrains Soeiro de Oliveira, Marcelane Sousa Santos, Paloma Rosa de Oliveira, Sophia Clara Luciano de Oliveira, Jessica Fernandes da Silva, Laís Silva Vieira E Sérgio Da Cruz Laurentino, Juliano Sepe Lima Costa, Luana Petry Valentim Mendonça, Bernardo Barcelos, Fabiane Aride, Antonio Augusto Bona Alves.

RESUMO

Ao longo deste trabalho, exploramos diferentes aspectos relacionados às políticas de inclusão, desde a legislação até as práticas de implementação, com o objetivo de compreender os desafios e as oportunidades para promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Uma das principais conclusões deste estudo é a necessidade de abordagens integradas e multifacetadas para promover a inclusão efetiva das pessoas com deficiência. Isso envolve não apenas a implementação de políticas específicas, mas também a criação de uma cultura de inclusão que permeie todas as esferas da sociedade, desde o ambiente escolar até o mercado de trabalho. Além disso, ficou evidente a importância do envolvimento das pessoas com deficiência e de suas organizações representativas no processo de formulação e implementação de políticas. Diante disso, recomenda-se a adoção de uma abordagem baseada em direitos humanos e no princípio da igualdade de oportunidades, que reconheça e respeite a diversidade das pessoas com deficiência e promova sua participação plena e efetiva na sociedade. Em suma, as políticas sociais de inclusão para pessoas com deficiência desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoa com deficiência. Políticas.

A JUSTIÇA AMBIENTAL E O RACISMO AMBIENTAL

Autores(as): Ariene Trindade Vieira; Fabiana Jesus Macedo; Larine Cajado Santos; Larrubya Sátiro Souza; Pauline Domingos de Oliveira; Renata Carneiro Sousa Kuster; Rosemere Teixeira da Silva; Sabrina Lucia de Souza; Sumara Plácido de Azevedo, Juliano Sepe Lima Costa, Luana Petry Valentim Mendonça, Bernardo Barcelos, Fabiane Aride, Antonio Augusto Bona Alves

RESUMO

Este trabalho trata-se das temáticas da “Justiça Ambiental” e “Racismo Ambiental”; que estão interligados e totalmente atrelados à desigualdade social e é de suma importância e urgência em nossos tempos: a busca por justiça ambiental e a luta contra o racismo ambiental. Diante dos desafios ambientais que enfrentamos globalmente, é imperativo reconhecer que as comunidades mais afetadas são frequentemente as menos ouvidas. Hoje, mergulharemos nessas questões cruciais e exploraremos como podemos avançar em direção a um futuro mais justo e equitativo para todos. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica realizada em artigos sobre as temáticas. Foi ainda utilizada a pesquisa de vídeos sobre os temas em estudo, debates entre os integrantes do grupo para delinear a escrita do paper, apresentação e elaboração do banner, bem como o desenvolvido do produto de extensão. Diante do exposto, concluímos que justiça ambiental e racismo ambiental, é o meio ambiente em que vivem aqueles menos abastados, onde ocorre as injustiças sociais com a falta de políticas públicas. E um dos direitos adquirido pela Constituição Federal de 1988 é um ambiente sadio e com qualidade de vida. Essas desigualdades ambientais e sociais, cada vez mais vem gerando conflitos na natureza com proporção cada vez maior, sendo assim, é necessário que haja uma parceria inteligente com o intuito de proporcionar um ambiente social, educativo e digno do ser humano. Para que isso ocorra, é necessário que a sociedade em geral junto com o Poder Público, se envolva nas decisões que serão tomadas em virtude de uma melhor qualidade de vida e ambiente para se viver. Um ser humano educado e ensinado, cuidará do ambiente em que vive e consequentemente irá gerar em outros a mesma responsabilidade.

Palavras-chave: Racismo ambiental, Justiça ambiental. Desigualdade. Dignidade humana.

INJUSTIÇA AMBIENTAL

Autores(as): Sthefany da Silva, Larissa de Souza Cirilo Casteluber, Thamires Estefani, Dhionata Oliveira, Fabiana Souza, Ester Fortulino, Paola Marques, Kaylane Silva, Juliano Sepe Lima Costa, Luana Petry Valentim Mendonça, Bernardo Barcelos, Fabiane Aride, Antonio Augusto Bona Alves

RESUMO

Este artigo aborda a injustiça ambiental associada às atividades de mineração e siderurgia no Brasil, destacando como essas indústrias impactam desproporcionalmente comunidades vulneráveis. A análise é fundamentada em casos emblemáticos e dados recentes, evidenciando a necessidade de políticas mais equitativas e sustentáveis. A injustiça ambiental refere-se à distribuição desigual dos impactos ambientais negativos, frequentemente recaindo sobre comunidades menos favorecidas. No Brasil, as indústrias de mineração e siderurgia são protagonistas de inúmeros conflitos ambientais, afetando a saúde e os meios de subsistência de populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Palavras-chave: Justiça ambiental. Desigualdade. Povos tradicionais.

DIREITO À EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ACADÊMICO

Autores(as): Anna K. Américo; Antonio E. Q. Gonçalves; Carolina M. Neto; Caroline D. Araújo, Deborah A. dos Santos; Hígia Paula. C. Messa; Julia L. O. de Souza; Julia S. Moreira; Lunara M. B. do Nascimento; Thaiane L. de Souza, Juliano Sepe Lima Costa, Luana Petry Valentim Mendonça, Bernardo Barcelos, Fabiane Aride, Antonio Augusto Bona Alves

RESUMO

O direito das pessoas com deficiência à inclusão está garantido no ordenamento jurídico brasileiro, derivando diretamente dos princípios constitucionais que fundamentam o Estado Democrático de Direito. No entanto, afirmar que a inclusão é um direito não implica automaticamente na sua efetivação. A mudança legislativa impõe mudanças sociais, refletindo a relação entre o Estado e a coletividade. No contexto escolar, diretores, professores e agentes escolares devem programar a inclusão de acordo com a legislação, enquanto as pessoas com deficiência e seus responsáveis devem zelar pelo cumprimento da lei. Não basta apenas a colocação de crianças com deficiência na mesma sala que as demais, sem considerar as necessidades específicas desses alunos. Portanto, a esfera jurídica engloba não apenas as condições materiais e institucionais, mas também um potencial moral capaz de impulsionar lutas sociais em direção a um aumento de universalidade e sensibilidade com o outro.

Palavras-chave: PcD; Direito; Inclusão; Garantias; Educação.

DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: HISTÓRIA, INCLUSÃO E DIREITOS

Autores(as): Ana Clara Florêncio, Ana Clara Miranda, Beatriz Laia, Bruno Bolis, Daysy Mayra, Getulio Brito, Luis Felipe Loureiro, Luiz Fernando E Maria Eduarda dos Santos, Juliano Sepe Lima Costa, Luana Petry Valentim Mendonça, Bernardo Barcelos, Fabiane Aride, Antonio Augusto Bona Alves

RESUMO

O objetivo deste artigo científico é, não somente compreender a temática das pessoas com deficiência, mas trazer todos os seus marcos, histórias, lutas e conquistas até os dias atuais. Especificamente, buscou-se identificar os principais marcos das PCD e caracterizar essa população, a fim de compreendermos a história como um todo e trazer a realidade brasileira vivida por estes. De plano, mister destacar que ao longo da história, a maneira como a sociedade lida com a deficiência tem passado por transformações marcantes. Antigamente, as pessoas com deficiência eram frequentemente isoladas, protegidas com caridade ou até mesmo escondidas, sendo vistas como objetos de piedade ou problemas a serem corrigidos. Hoje, a luta é por uma sociedade cada dia mais inclusiva e respeitadora dos direitos garantidos às pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência. Inclusão. Direitos.

O CLAMOR POR JUSTIÇA AMBIENTAL E CONTRA O RACISMO AMBIENTAL

Autores(as): Anna Clara Kuster, Caio Flávio Barcelos, David Ternieden, Isabella Oliosio, Jenilson Brito, João Vitor Pereira, Larissa Locateli, Nathalia Sepulchro, Thiago Barbosa e Vitor Cassaro, Juliano Sepe Lima Costa, Luana Petry Valentim Mendonça, Bernardo Barcelos, Fabiane Aride, Antonio Augusto Bona Alves

RESUMO

Este trabalho acadêmico propõe uma análise aprofundada sobre a interseção entre justiça ambiental e racismo ambiental, ressaltando a necessidade de abordar esses temas de forma integrada e multidisciplinar. A justiça ambiental refere-se à distribuição equitativa dos benefícios e ônus ambientais, enquanto o racismo ambiental trata da exposição desproporcional de comunidades marginalizadas aos impactos ambientais negativos. O estudo busca compreender as causas, manifestações e consequências desses fenômenos, além de propor estratégias para combatê-los e promover equidade. Ambos os conceitos estão interligados e refletem as desigualdades sociais e ambientais enfrentadas por grupos vulneráveis em diferentes partes do mundo. A justiça ambiental visa garantir o direito de todos a um ambiente seguro, saudável e justo, independentemente de raça, classe ou localização, assegurando acesso igualitário a recursos, proteção contra degradações ambientais e participação nas decisões que afetam o meio ambiente. Por sua vez, o racismo ambiental evidencia como comunidades racializadas e empobrecidas são frequentemente expostas a maiores níveis de poluição, desastres ambientais e exclusão no acesso a recursos ecológicos, enquanto comunidades privilegiadas usufruem de maior proteção ambiental. Assim, a luta por justiça ambiental e contra o racismo ambiental desafia as estruturas de poder que mantêm essas desigualdades. O movimento por equidade ambiental tem se fortalecido globalmente, impulsionado por ativistas, acadêmicos e comunidades afetadas. Ele defende políticas inclusivas e sustentáveis, e propõe uma abordagem holística que reconheça a interconexão entre justiça social, econômica e ambiental. Em resumo, o texto destaca que a busca por justiça ambiental é também uma chamada à ação contra o racismo e outras formas de discriminação, visando a construção de um mundo mais justo e sustentável para todos.

Palavras-chave: Justiça Ambiental. Racismo Ambiental. Conflito Ambiental.

IGUALDADE NA DIVERSIDADE: NOSSOCENTRISMO

Autores(as): Aquidauana Santos, Carlos Henrique, Estevão Ribeiro Chagas, Fabrício Adão, Lais Caroline da Silva Oliveira, Letícia Dalila Barcelos, Penha Santos Soares, Renata Alves Batista, Shalviannia Moreira, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, Fabiane Aride, Antonio Augusto Bona Alves

RESUMO

O tema “Igualdade na Diversidade: Nossocentrismo: Para o que não tem solução”, visa desconstruir e valorizar histórias que foram apagadas, bem como criticar ideias que até hoje vivem enraizadas nas histórias de tantos países com imposições europeias e eurocêntricas sob diversos povos “bárbaros”. Assim, partimos da metodologia científica investigativa para entender as raízes da igualdade na diversidade e como ela surgiu. Ademais, elucidamos a importância da criação de leis para garantir o Direito de Igualdade nas diversas esferas da sociedade. Já o “*papper*” visa elucidar como a questão social se desenvolveu enquanto produto do sistema capitalista no Brasil, incluindo a transição entre o modo de produção feudal e o capitalista.

Palavras-chave: Direito; Nossocentrismo; Diversidade; Direito de Igualdade; Liberdade e autonomia.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Autores(as): Cristiano Pereira Fagundes, Jose Geraldo Costa, Maria Eduarda Silva Perdigão, Raffaella Assunção do Espírito Santo; Letícia Silva Ávila; Rogério Francisco Werly; Ana Cristina Junqueira Ribeiro; José Eduardo Balikian

RESUMO

O conjunto habitacional foi concebido para atender famílias de baixa renda, oferecendo moradias acessíveis e de qualidade. O espaço escolhido para o projeto está em consonância com a intenção da Prefeitura em implantar um conjunto habitacional naquela área, reforçando a vocação do local para atender à demanda habitacional da população. A proposta busca equilibrar viabilidade econômica com conforto, dignidade e integração urbana. Embora os blocos sigam a mesma configuração arquitetônica, eles apresentam diferentes tipologias de apartamentos de 1, 2 e 3 quartos, possibilitando escolhas de acordo com a realidade de cada família. Cada unidade foi cuidadosamente planejada para aproveitar iluminação e ventilação naturais, fatores essenciais para a saúde, o bem-estar e a redução de custos com energia. Esse cuidado com elementos básicos garante que a habitação seja funcional, confortável e capaz de transformar a rotina das famílias que ali vivem. As fachadas, simples e discretas, reforçam que a arquitetura voltada para a população de baixa renda pode ser pensada de forma estética e respeitosa, sem abrir mão da praticidade. O projeto demonstra que é possível oferecer não apenas um teto, mas uma moradia que promova pertencimento e qualidade de vida.

Palavras-chave: Habitação social. Conforto. Dignidade. Integração urbana

CONDOMÍNIO BRIZE: INTEGRAÇÃO ENTRE SEGURANÇA, SUSTENTABILIDADE E FUNCIONALIDADE URBANA

Autores(as): Jeancarlos Bueno Soares do Carmo, Lucas Azevedo Lopes, Kethellen de Oliveira Battisti, Raffaella Assunção do Espírito Santo; Letícia Silva Ávila; Rogério Francisco Werly; Ana Cristina Junqueira Ribeiro; José Eduardo Balikian

RESUMO

Com o propósito de conceber um projeto residencial que integrasse funcionalidade, estética e responsabilidade socioambiental, atendendo às demandas específicas do terreno localizado na Rua Progresso, no bairro Sion, próximo à ESCon. Embora situado em uma área dotada de infraestrutura consolidada e localização estratégica, o terreno apresenta condições de vulnerabilidade relacionadas à segurança, o que se configurou como um dos principais desafios enfrentados pelo grupo. Nesse sentido, desde as etapas iniciais foram propostas soluções que priorizassem a proteção dos moradores, como a implantação de muros altos, controle de acesso, iluminação externa eficiente e organização espacial que garantisse privacidade sem comprometer o conforto e a qualidade estética do edifício. A denominação Brize está associada à adoção de brises em madeira plástica nas fachadas dos quatro apartamentos, elemento arquitetônico de destaque tanto pelo caráter estético quanto pela funcionalidade. Esses dispositivos permitem o controle da incidência solar, favorecendo o conforto térmico dos ambientes internos. A escolha da madeira plástica reforça o compromisso do projeto com a sustentabilidade, por se tratar de um material reciclado, durável e de baixa manutenção. Durante o processo de concepção, buscou-se assegurar adequada ventilação cruzada, aproveitamento da iluminação natural e distribuição interna eficiente. Aspectos relacionados à acessibilidade também foram contemplados, incluindo a previsão de portas de maior largura e áreas de circulação que favorecem diferentes perfis de usuários. Assim, o Condomínio Brize constitui uma proposta de habitação que transcende a dimensão construtiva, ao demonstrar como é possível articular segurança, funcionalidade, acessibilidade e sustentabilidade em contextos urbanos adversos. Esse propósito orientou todas as etapas do trabalho e representa, igualmente, o maior aprendizado adquirido pelo grupo.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Segurança. Funcionalidade. Acessibilidade.

ESPAÇOS HUMANIZADOS: UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Autores(as): Alessandra Gomes Costa Carvalho, Angélica Pereira Dias, Maria Eduarda Silva Perdigão, Raffaella Assunção do Espírito Santo; Letícia Silva Ávila; Rogério Francisco Werly; Ana Cristina Junqueira Ribeiro; José Eduardo Balikian

RESUMO

A Unidade Básica de Saúde foi projetada para ser muito mais do que um local de atendimento: trata-se de um espaço que acolhe a comunidade e garante acesso à saúde de forma digna e humanizada. Localizada em uma região que não possui UBS, apenas pequenos postos de saúde distantes, o projeto busca aproximar os serviços essenciais da população, reduzindo deslocamentos e oferecendo mais eficiência no cuidado. Desde a recepção até os consultórios, os ambientes foram organizados de forma funcional, permitindo que pacientes e profissionais circulem com praticidade, sem burocracias ou barreiras no atendimento. A valorização da iluminação natural, da ventilação cruzada e de cores suaves cria uma atmosfera de calma e bem-estar, ajudando a reduzir a ansiedade que muitas vezes acompanha a ida ao médico. Esses elementos simples, mas fundamentais, mostram que a arquitetura pode contribuir para tornar a saúde pública mais próxima e menos intimidante. O projeto reafirma que um espaço de saúde deve transmitir segurança e respeito às pessoas, especialmente às populações que mais dependem do sistema público. Assim, a UBS se torna não apenas um edifício, mas um símbolo de cuidado e inclusão.

Palavras-chave: Humanização. Acolhimento. Funcionalidade. Saúde pública

ESPAÇOS HUMANIZADOS: UBS

Autores(as): Cristiano Pereira Fagundes, Jeancarlos Bueno Soares do Carmo, Lucas Azevedo Lopes, Kethellen de Oliveira Battisti, Raffaella Assunção do Espírito Santo; Letícia Silva Ávila; Rogério Francisco Werly; Ana Cristina Junqueira Ribeiro; José Eduardo Balikian

RESUMO

Nosso primeiro desafio consistiu em realizar o estudo da região do entorno, considerando os acessos, a movimentação de pessoas, o perfil dos moradores e as normas específicas aplicáveis. Por se tratar de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Tipo 3, identificamos a necessidade de desenvolver um projeto com maior nível de detalhamento, de modo a assegurar um ambiente adequado para os usuários. Ao longo do processo, diferentes propostas foram discutidas em grupo, o que resultou em sucessivas reformulações do partido arquitetônico. Em determinado momento, optou-se pela elaboração de um novo projeto, concebido desde a etapa inicial. O programa arquitetônico final contemplou sete consultórios, sala de atividades coletivas, consultório odontológico, recepção, sala de espera com capacidade para 45 pessoas, pronto-atendimento, sala de vacinação, sala de coleta, estacionamento e demais ambientes complementares. O desenvolvimento do projeto priorizou a acessibilidade universal, a agilidade nos fluxos de atendimento e a qualidade do espaço destinado aos usuários e profissionais da saúde. No que se refere às fachadas, buscou-se um caráter contemporâneo, preservando, entretanto, a identidade institucional de uma UBS. Dessa forma, com o empenho e a dedicação de todos os integrantes, foi possível alcançar um resultado que atende aos requisitos funcionais e estéticos propostos, consolidando a experiência como um processo de aprendizado coletivo.

Palavras-chave: Acessibilidade. Funcionalidade. Aprendizado coletivo. Unidade Básica de Saúde

DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL: UMA VISÃO GERAL

Autores(as): Ana Carolina Valerio, Cristina Helen de Almeida Lugati, Danielle Silva Amorim, Eduarda Victoria da Silva Pedrosa, Elaine Lima Teixeira, Fernanda Kelly da Silva Pereira, Gilffany Gabrielly Moraes Costa, Luana Aparecida Coelho Castelani, Maria Rita de Cassia Pereira José, Rafaela Martins Magi, Yasmin Oliveira da Silva; Alan Bernardo Lemos Costa, Wendel Salum, Rejane Soares, Marluza Fernandes, Filipe Segall.

RESUMO

O estudo aborda a proteção dos direitos dos povos indígenas no Brasil, com foco na legislação nacional e internacional relacionada à cultura, assim podemos destacar a necessidade de tratamento legal diferenciado para reconhecer tradições e regras indígenas, a importância da consulta prévia e respeito à ocupação tradicional de terras, os Desafios na efetivação dos direitos indígenas, especialmente em relação à Declaração Universal dos Direitos Indígenas, e também os avanços recentes na legislação brasileira, substituindo abordagens integracionistas e assistencialistas por políticas de proteção e promoção. Embora existam avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Palavras-chave: Direitos dos povos indígenas. Legislação brasileira. Consulta prévia. Ocupação tradicional de terras

DESIGUALDADE RACIAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E MEDIDAS CONTRA O RACISMO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Autores(as): Allana Lanes Ferreira; Ana Beatriz de Jesus Silvério; Danielly da Silva Souza; Débora Lorrainy de Oliveira da Silva; Gabriellye Christtiny Moreira de Souza Fernandes; Gean Silva Ferreira; Isabelly Machado Bezerra Ramos; Jefferson Brasilino; Larissa Oliveira Ramos; Lucas Xavier Ferreira; Victória Gomes Corrêa Radsack Matheus Pires; Yuri da Silva Nunes; Alan Bernardo Lemos Costa, Wendel Salum, Rejane Soares, Marluza Fernandes, Filipe Segall.

RESUMO

Este trabalho explora a persistente desigualdade racial no sistema de justiça criminal e discute as medidas necessárias para combater o racismo estrutural e assegurar os direitos humanos. Inicialmente, o estudo apresenta dados e análises sobre a desproporção racial nas taxas de prisão, violência policial e nos processos judiciais. Em seguida, examina as causas históricas e estruturais desse fenômeno, enfatizando o impacto do racismo institucional e das políticas públicas discriminatórias. Por fim, propõe medidas concretas de combate ao racismo, destacando o papel de políticas de igualdade, capacitação antirracista e reforma no sistema de justiça, visando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva

Palavras-chave: Feminismo. STF (Supremo Tribunal Federal). Movimento. Desigualdade. Gênero.

A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA CULTURA POPULAR E AS GARANTIAS DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA

Autores(as): Kelli Maria da Silva; Letícia Martins da Silva; Maria Candida Grillo Ramos; Taciana Costa; Thais Gripp da Silva; Willian Zanon Trindade. Alan Bernardo Lemos Costa, Wendel Salum, Rejane Soares, Marluza Fernandes, Filipe Segall.

RESUMO

A representação dos povos indígenas na cultura brasileira, particularmente na literatura e na mídia, reflete um processo de constante transformação que acompanha as mudanças sociais, políticas e culturais do país. Neste contexto, é fundamental analisar o papel da mídia e da literatura na (re)produção da identidade indígena e na defesa dos direitos socio-culturais assegurados pela Constituição de 1988 e por convenções internacionais, como a Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Um dos aspectos mais significativos desse período foi a promulgação do Estatuto do Índio em 1973, especialmente o artigo 172, inciso IX, que estabelece claramente a responsabilidade do Estado em garantir a posse permanente das terras indígenas e o usufruto exclusivo de suas riquezas naturais. Após um longo período de marginalização e violação de seus direitos durante o regime militar, a nova Constituição trouxe à tona a necessidade de garantir a dignidade e a cidadania dos povos indígenas, afirmando a importância de suas culturas, tradições e modos de vida. Outro aspecto importante trazido pela Constituição é a garantia do direito à consulta prévia, ao consentimento livre e informado dos povos indígenas em relação a projetos que possam impactar suas terras e modos de vida.

Palavras-chave: Identidade indígena. Mídia e literatura. Direitos socio-culturais. Consulta prévia

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Autores(as): Douglas Fernandes, Filipe Novais Curcio de Souza, Filipe Yakob, Gabriela da Costa, Iara de Andrade, Kauane Menengucci, Lhorrany Mendes, Maria Eduarda Vitorino, Valter Fernandes, Vitória Cancela; Rodrigo Mendes Cardozo, Tânia Danielle, Alan Bernardo Lemos Costa, Bruno Gonzaga; Vinicius Bigonha.

RESUMO

Este projeto examina a desigualdade e exclusão enfrentada por pessoas com deficiência. A verdadeira inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho vai além do cumprimento de cotas; é um compromisso com a equidade e o respeito à diversidade. A criação de ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, bem como a promoção de uma cultura organizacional empática e acolhedora, são fundamentais para garantir que esses profissionais tenham condições reais de desenvolvimento e ascensão profissional. Quando as empresas investem na inclusão, não só ampliam suas capacidades de inovação e criatividade, como também fortalecem seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho deve ser vista como uma responsabilidade compartilhada entre empresas, governo e sociedade, para que possamos superar as barreiras existentes e garantir oportunidades justas para todos.

Palavras-chave: Inclusão. Equidade. Mercado de Trabalho. Acessibilidade.

RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS E EX-DETENTOS

Autores(as): Anna Luiza Aguiar Alves de Oliveira; Ana Luiza Queiroz Grigato; Danielle Costa da Silva Almeida; Eduarda Leal de Souza; Gabriel Moreira Medeiros; Júlia Verly Leite; Kamille Côrrea de Souza Marques; Karine Caceres Citelli; Kauan Costa de Oliveira; Larissa Lucas de Sousa, Márcio Henrique Medeiros Pacheco; Noemmy Sales Fernandes; Pedro Costa Sales; Rodrigo Mendes Cardozo, Tânia Danielle, Alan Bernardo Lemos Costa, Bruno Gonzaga; Vinicius Bigonha.

RESUMO

O Projeto de Ressocialização de Detentos e Ex-Detentos visa transformar a realidade dos indivíduos em cumprimento de pena. Inspirado na palestra de Larissa, coordenadora do CAPS, e no modelo APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) de Viçosa, o projeto visa promover a reintegração social e laboral de indivíduos em cumprimento de pena ou egressos do sistema penitenciário. Através de parcerias com o setor privado, instituições de ensino e órgãos públicos, a proposta busca criar oportunidades de emprego, além de oferecer apoio psicológico, social e jurídico, assegurando que essas pessoas possam recomeçar suas vidas de maneira digna. O projeto vai além de uma atividade de extensão, posicionando-se como uma proposta transformadora para a sociedade, com impacto duradouro.

Palavras-chave: Ressocialização. Reintegração social. Sistema penitenciário. Empregabilidade. Apoio jurídico.

QUESTÕES DE GÊNERO E JUSTIÇA SOCIAL

Autores(as): Alexandre Hosken Latorre, Ana Livia Araújo Santana, Clara Rodrigues Lopes, Isadora Mendes de Andrade, Itauana Alves Rocha, Leonardo Gomes Sampaio Filho, Luciano da Silva Pereira, Maria Isadora de Souza Campos, Naiara Oliveira Mello Penzuti, Rafaela Silva Valente, Ruth Graciana Oliveira, Sabrina Guilherme, Ysis Fabricante Ferreira; Rodrigo Mendes Cardozo, Tânia Danielle, Alan Bernardo Lemos Costa, Bruno Gonzaga; Vinicius Bigonha.

RESUMO

Questões de identidade e métodos desconstrucionistas têm caracterizado a teoria da hegemonia masculina, proposta por Raewyn Connell, analisa como as masculinidades são construídas e mantidas em contextos sociais e culturais. As teorias sociais do gênero e da justiça atualmente reconhecem as múltiplas dimensões das questões de gênero, tais como organização, violência, reconhecimento e os problemas de inclusão. A justiça social busca criar condições onde todos tenham a mesma chance de alcançar seus objetivos e viver com dignidade, enquanto o gênero, como um aspecto central da identidade, pode influenciar profundamente as oportunidades e os desafios que uma pessoa enfrenta. A mulher é o ente mais desprivilegiado de todo o processo, em tais termos expostos, defende-se que o progresso qualitativo da democracia passa pela incorporação da mulher como um foro privilegiado da ação Estatal. Isto inclui diferentes abordagens para a identidade, o poder e o Estado, além de novas temáticas, como a relação entre o gênero e o direito.

Palavras-chave: Gênero. Identidade. Masculinidades. Justiça social. Desconstrução.

PROJETO INTEGRADOR: CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: AS INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO LATINO AMERICANO

Autores(as): Ana Laura, Isabella, Grazielle, Jéssica Meiriane, Jessica Sônia, João Pedro, Keissy, Leide, Luísa, Maria Teresa, Matheus, Miguel, Sabrina e Yasmim; Victor Freitas Lopes Nunes; Rodolfo de Assis Ferreira; Filipe Marques Leitão; Alexandre Teixeira Moreira; Salatiel Ferreira Lúcio.

RESUMO

Durante o segundo semestre de 2024, no Projeto Integrador, com o tema "Constitucionalismo e Democracia: as instituições no contexto latino-americano", o objetivo foi explorar e propor soluções para a seguinte questão: "De que formas o constitucionalismo, especialmente o novo constitucionalismo latino-americano, organiza institucionalmente a proteção e a promoção dos direitos humanos?". Para alcançar esse objetivo, três estratégias foram adotadas. A primeira consistiu na realização de Seminários sobre Constitucionalismo e Democracia ao longo de oito semanas, nos quais foram discutidos diversos aspectos da conexão entre o novo constitucionalismo latino-americano, a defesa da democracia e dos direitos humanos, considerando a necessidade de repensar os desafios das relações institucionais no Brasil atual. Além disso, foi criado um produto de extensão: uma cartilha, com o intuito de compartilhar os resultados das reflexões geradas durante os seminários. Por fim, produzimos este banner, na esperança de apresentarmos o conjunto dos resultados alcançados. A partir dos resultados obtidos, concluímos que os esforços empreendidos foram adequados para atingir os objetivos estabelecidos. Isso se deve não apenas à análise crítica do cenário do constitucionalismo na América Latina contemporânea, mas também ao caráter enriquecedor e produtivo do processo, que possibilitou uma compreensão mais profunda de diversos aspectos do tema e suas implicações nas relações institucionais atuais no Brasil. Nesse contexto, foi possível realizar uma análise que abrange desde a promoção dos direitos humanos e, por consequência, da democracia como uma prática política destinada a assegurar a dignidade de todos, até as adaptações institucionais necessárias para o funcionamento de um regime constitucional dessa natureza. Adicionalmente, não nos desligamos da preocupação em comunicar esses saberes, buscando aprimorar habilidades e competências conversacionais que nos permitissem apresentar estes resultados a vocês.

Palavras-chave: Constitucionalismo latino-americano. Democracia. Direitos humanos. Instituições. Promoção da dignidade.

CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: AS INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Autores(as): Amanda C. V. Costa; Elisama A. M. Napoleão; Elisia A. Silva; Giovanna R. Oliveira; Luiz Augusto F. Cunha; Mylenna A. B. Costa; Pedro Lucas A. Medeiros; Rafaela G. Carvalho; Victor Freitas Lopes Nunes; Rodolfo de Assis Ferreira; Filipe Marques Leitão; Alexandre Teixeira Moreira; Salatiel Ferreira Lúcio.

RESUMO

Ao longo do segundo semestre de 2024, no Projeto Integrador "Constitucionalismo e Democracia: as instituições no contexto latino-americano", nosso grupo investigou as articulações institucionais promovidas pelo novo constitucionalismo latino-americano na defesa e promoção dos direitos humanos. Pretendemos compreender como as inovações jurídicas introduzidas nas Constituições do Equador e da Bolívia, que reconhecem a natureza como sujeito de direitos e promovem a cidadania ativa, impactam as relações sociais e políticas na América Latina. Além disso, buscamos analisar como essas normativas podem enfrentar desafios como a desigualdade estrutural, a resistência política e a falta de conscientização sobre direitos humanos. Nossa metodologia integrou diversas estratégias ao longo do semestre, com estudo aprofundado de textos e discussões em seminários sobre o novo constitucionalismo latino-americano e os direitos humanos. Analisamos as bases teóricas e institucionais desse movimento, destacando as Constituições do Equador e da Bolívia. Nos aprofundamos no papel da cidadania ativa, dos direitos coletivos e ambientais, além da valorização da diversidade cultural para fortalecer as instituições democráticas, e abordamos também os desafios práticos para a implementação dessas normas, incluindo resistências jurídicas e políticas à inclusão de novos sujeitos de direito. A elaboração do produto de extensão e deste banner sintetizou esses conhecimentos para promover uma compreensão acessível sobre a importância do novo constitucionalismo na defesa dos direitos humanos. Esses recursos foram concebidos para comunicar de forma engajada as reflexões realizadas ao longo do semestre, oferecendo uma devolutiva à comunidade acadêmica e local e incentivando uma visão crítica e consciente sobre as inovações institucionais no contexto latino-americano. Concluímos que os esforços realizados ao longo do semestre nos permitiram alcançar os objetivos propostos, possibilitando uma análise crítica do novo constitucionalismo latino-americano e sua articulação para a defesa dos direitos humanos.

Palavras-chave: Novo constitucionalismo latino-americano. Direitos humanos. Cidadania ativa. Diversidade cultural. Desigualdade estrutural

NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS PARA A DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Autores(as): Áthina Maria de Souza Ribeiro; Bruno Vieira Pires; Heloisa Albuquerque; Hiago Fabrício Timóteo Oliveira; Isabella Oliveira Barros; Leandro Lopes Ferreira; Marcelo Oliveira; Morgana Garcia Carvalho; Rafaela Cristina Felix Florentino E Roberta Machado de Jesus; Victor Freitas Lopes Nunes; Rodolfo de Assis Ferreira; Filipe Marques Leitão; Alexandre Teixeira Moreira; Salatiel Ferreira Lúcio.

RESUMO

Buscamos responder ao seguinte problema: “de que maneira(s) o constitucionalismo, especialmente o novo constitucionalismo latino-americano, articula institucionalmente a defesa e a promoção dos direitos humanos?” Para atingir esse objetivo, foram traçadas três estratégias. A primeira delas foi a realização de Seminários sobre Constitucionalismo e Democracia, nos quais foram debatidas as características da relação entre o novo constitucionalismo latino-americano e a defesa da democracia e dos direitos humanos, considerando a necessidade de repensar os desafios das relações institucionais no Brasil contemporâneo. A segunda estratégia consistiu na criação de um produto de extensão, em formato de cartilha educativa postada no Instagram, com o intuito de comunicar os resultados alcançados nos seminários. concluímos que os esforços empreendidos e as atividades realizadas foram suficientes para atingirmos os objetivos propostos, uma vez que foi possível analisar criticamente, de forma clara e coesa, o cenário do constitucionalismo na América Latina atual. Ademais, o processo de compreensão do tema foi enriquecedor e produtivo, o que facilitou o entendimento, especialmente no que se refere às suas implicações nas relações institucionais brasileiras contemporâneas. Dessa forma, por meio do tema abordado, conseguimos analisar e compreender a valorização dos direitos humanos e da democracia enquanto práticas políticas voltadas a garantir dignidade para todos. Além disso, foi possível identificar as adaptações institucionais necessárias para que esse regime constitucional funcione e se estabeleça adequadamente. Por fim, é importante ressaltar que mantivemos o objetivo de comunicar esses conhecimentos, buscando aprimorar as habilidades que nos capacitam a apresentar esses resultados a vocês.

Palavras-chave: Constitucionalismo. Democracia. Direitos Humanos. Instituições.

CONSTITUIÇÕES PARA A JUSTIÇA: O NOVO CONSTITUCIONALISMO E A SUPERAÇÃO DA HERANÇA COLONIAL

Autores(as): Alexandre Caetano, Ana Lima, Bruna Martins, Gabriel Freitas, Ewelli Silva, Julio Carvalho, Leidiane Chagas, Lisa Silva, Maria Castro, Maria Fernanda Silva, Maria Fernanda Souza, Nahara Oliveira, Rogério Pereira, Weverton Souza e Yolanda Vitoria; Victor Freitas Lopes Nunes; Rodolfo de Assis Ferreira; Filipe Marques Leitão; Alexandre Teixeira Moreira; Salatiel Ferreira Lúcio.

RESUMO

Com o objetivos de examinar como o novo constitucionalismo latino-americano defende e promove os direitos humanos aprofundando no contexto latino-americano, onde as instituições enfrentam desafios únicos. A metodologia aplicada envolveu a discussão dos aspectos centrais do novo constitucionalismo latino-americano, defesa da democracia e direitos humanos através de seminários, promovendo debates críticos entre alunos com a intervenção do professor. Com base nas ideias construídas, criou-se um projeto de extensão, especificamente uma página no Instagram, para divulgar as reflexões dos seminários e engajar a comunidade. Por fim, produziu-se um banner para apresentar visualmente os resultados no ateliê científico, transmitindo as reflexões para a comunidade acadêmica e local. A análise do novo constitucionalismo latino-americano revelou-se essencial para compreender como esses países tentam vencer sua herança colonialista através dos novos princípios constitucionais, como o reconhecimento dos direitos da natureza, a plurinacionalidade e a interculturalidade, representando um avanços significativo em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva. As discussões realizadas nos seminários e grupos de estudo demonstraram que esses mecanismos fortalecem a democracia, tornando as instituições mais representativas e eficazes. O projeto de extensão e o banner de divulgação foram ferramentas eficazes para disseminar ideias e engajar a comunidade, ampliando o alcance das reflexões acadêmicas. Este estudo não apenas enriqueceu o conhecimento acadêmico, mas também desempenha um papel importante na formação de cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de reconhecer e defender seus direitos e de participar ativamente na vida pública.

Palavras-chave: Novo Constitucionalismo. Direitos Humanos. Democracia. Plurinacionalidade. Engajamento Social.

CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR E O PAPEL DO STF NA SUPERAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL

Autores(as): Bárbara Amâncio Ferreira; Breno Luiz da Cunha; Halex Esteves da Silva; Henrique Bomfim do Amaral; Karine Kéren Andrade Freitas; Marília Santos Garcia; Pedro Arthur Ferreira; Ramon Duarte Silva; Thaynná Silva Fernandes; Welerson Rodrigues do Carmo Sobrinho; Victor Freitas Lopes Nunes; Rodolfo de Assis Ferreira; Filipe Marques Leitão; Alexandre Teixeira Moreira; Salatiel Ferreira Lúcio.

RESUMO

O estudo do constitucionalismo transformador, que propõe uma leitura progressista das normas constitucionais, trouxe luz à importância do Supremo Tribunal Federal (STF) na luta contra o racismo estrutural no Brasil. Durante o semestre, realizamos seminários que aprofundaram essa relação entre constitucionalismo e democracia. Além disso, produzimos materiais de extensão para engajar a comunidade e promovemos debates que enriqueceram nosso entendimento sobre o papel das instituições na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este trabalho destaca o papel do STF no enfrentamento do racismo estrutural, propondo uma atuação antirracista baseada na Constituição de 1988. Assim, buscamos refletir sobre como uma postura ativa das instituições democráticas pode contribuir para a transformação social e a construção de um país mais democrático e inclusivo. Em resumo, ao longo deste semestre, exploramos o papel do Supremo Tribunal Federal (STF) no combate ao racismo estrutural, à luz do constitucionalismo transformador. Analisamos como uma interpretação progressista da Constituição de 1988 pode ser uma ferramenta eficaz na promoção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. O estudo ressaltou a importância de uma atuação ativa do STF para garantir os direitos fundamentais das populações marginalizadas, promovendo uma democracia substantiva e contribuindo para a transformação social no Brasil. O estudo reforça a importância de uma postura antirracista por parte das instituições democráticas, incentivando decisões judiciais que contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, o constitucionalismo transformador destaca-se como um caminho para efetivar os princípios democráticos consagrados na Constituição de 1988.

Palavras-chave: Constitucionalismo transformador. Racismo estrutural. Supremo Tribunal Federal (STF). Democracia substantiva.

CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: AS INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Autores(as): Alandelon Carvalho Gonçalves Ferreira; Alice Gabrielle de Souza; Ana Clara Silveira Araújo; Ana Paula Silva Paixão; Antônio José M C Luz; Arthur Christian M da Silveira; Bruna Rodrigues O Cruz; Camila Vitoria Viana Leandro; Ester Liberato Costa; Geovanna Simplício Da Silva; Gustavo Henrique de Carvalho; Victor Freitas Lopes Nunes; Rodolfo de Assis Ferreira; Filipe Marques Leitão; Alexandre Teixeira Moreira; Salatiel Ferreira Lúcio.

RESUMO

Durante o semestre letivo de 2024, no âmbito do Projeto Integrador, desenvolvemos atividades voltadas para a temática “Constitucionalismo e Democracia: as instituições no contexto latino-americano”. Nosso objetivo central foi abordar o problema de pesquisa: “De que maneira(s) o constitucionalismo, em especial o novo constitucionalismo latino-americano, articula institucionalmente a defesa e a promoção dos direitos humanos?”. As atividades deste semestre foram organizadas em duas estratégias complementares. A primeira consistiu em um sistema analítico de conceitos, visando compreender a complexidade do novo constitucionalismo latino-americano e os entraves jurídicos que afetam as relações institucionais no Brasil. A segunda estratégia envolveu a criação de um produto de extensão – uma página em rede social – e a elaboração deste banner, com o intuito de compartilhar as reflexões desenvolvidas ao longo do semestre com a comunidade acadêmica e local, promovendo o diálogo sobre a importância da democracia e dos direitos humanos. Concluímos que os esforços realizados foram suficientes para alcançar os objetivos propostos, permitindo uma análise crítica do constitucionalismo contemporâneo na América Latina. Esse processo foi enriquecedor e produtivo, contribuindo para uma compreensão aprofundada dos diversos aspectos da temática e suas implicações nas relações institucionais brasileiras. Dessa forma, pudemos explorar tanto a valorização dos direitos humanos e da democracia enquanto prática política voltada à dignidade de todos quanto as adaptações institucionais essenciais para o funcionamento de um regime constitucional sólido.

Palavras-chave: Direitos humanos. Democracia. Novo constitucionalismo latino-americano. Relações institucionais

A CRISE DO CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL: IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA E CAMINHOS PARA A SOLUÇÃO

Autores(as): Hellen Mendes Milagres de Carvalho; Jeane Carla Fernandes Temporim; Rúbia Caroline Castro; Sunamita Magalhães Maia; Thayane Guedes Neves Oliveira; Yasmin Faúla Oliveira; Juliano Sepe Lima Costa; Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior; Kleider Robert Rocha Cruz; Ivan Lopes Sales; Rodolfo de Assis Ferreira.

RESUMO

O uso de drogas é um dos principais desafios enfrentados pela saúde pública no Brasil. Este artigo analisa o impacto do consumo de substâncias ilícitas e lícitas, como crack, cocaína, álcool e tabaco, sobre a saúde da população e o sistema de saúde brasileiro. A partir de uma revisão de literatura recente e dados epidemiológicos, discute-se o contexto atual do uso de drogas, seus efeitos na saúde pública e as políticas adotadas para enfrentá-lo. São propostas soluções que podem ser implementadas para mitigar esse problema, com ênfase na prevenção, tratamento e reinserção social dos dependentes químicos, além da necessidade de uma abordagem multidisciplinar para enfrentar esse fenômeno.

Palavras-chave: Saúde pública. Drogas. Políticas públicas

CORPOS QUE PODEM MORRER: NECROPOLÍTICA, BIOPOLÍTICA E O PODER SOBRE OS CORPOS

Autores(as): Danilo Furtado; Francisco Nicolás ; Renato Soares ; Tais Bento; Walker Marque; Juliano Sepe Lima Costa; Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior; Kleider Robert Rocha Cruz; Ivan Lopes Sales; Rodolfo de Assis Ferreira.

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise dos estudos de Adriano Negrís que relaciona mecanismos de poder conceituados pelo filósofo Achille Mbembe como “necropolítica” e pelo filósofo Michel Foucault como “biopolítica”. Com esta revisão bibliográfica busca-se entender tais mecanismos exercidos pela política como forma de manipulação e dominação, assim como, quais destes conceitos mais se aproximam das técnicas de poder utilizadas ao longo da existência humana. O biopoder utiliza o racismo como técnica de guerra para qualificação biológica dos indivíduos de tal modo que qualificam determinadas raças como ruins e perigosas para a manutenção da raça boa, justifica-se assim a eliminação (morte) em prol da manutenção de vidas mais sadias e puras trazendo a sensação de normalidade em atos tão perversos. Através do necropoder, busca-se a desqualificação da condição humana para caracterizar certos grupos como coisas (escravos) e a partir daí justificar as práticas abomináveis, como por exemplo a escravidão, onde se podia tirar a vida destes seres/objetos sem causar espanto social para a época. De acordo com as análises de Adriano Negrís o conceito utilizado por Foucault (Biopolítica) não é suficiente para explicar o mecanismo de poder contemporâneo. A necropolítica é o que melhor explica as técnicas de poder exercidas pelo soberano para a eliminação do inimigo, justificando a eliminação de povos ou comunidades pelo ódio e discriminação. Neste cenário, temos as guerras atualmente em curso, como exemplo Rússia x Ucrânia e Israel x Hamas na faixa de Gaza. O extermínio do povo inimigo (fazer morrer da necropolítica) é visto como a única forma de manutenção de uma população que busca o domínio de territórios e suas riquezas naturais que, quando conquistadas, são passadas para o poder do soberano.

Palavras-chave: Necropolítica. Racismo. Igualdade. Direitos Humanos.

AMBIENTALIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS

Autores(as): Nivaldo de Assis Pacheco Jatobá; Daiana de Almeida Souza Assis; Gilberto Carvalho De Castro; Arthur Soares de Oliveira Santos; Rhenan Victor Godinho Ferreira; Jhon Hebert Medina; Juliano Sepe Lima Costa; Humberto Luiz Salustiano Costa Júnior; Kleider Robert Rocha Cruz; Ivan Lopes Sales; Rodolfo de Assis Ferreira.

RESUMO

Este trabalho busca analisar a convergência entre lutas sociais e ambientais, destacando o movimento pela justiça ambiental e a integração das questões ecológicas com demandas por equidade e justiça social. A crítica ao paradigma dominante de desenvolvimento ressalta a urgência de buscar modelos alternativos que promovam não apenas o crescimento econômico, mas também a sustentabilidade ambiental e a equidade social. A inclusão e participação das comunidades afetadas nas decisões ambientais foram identificadas como elementos essenciais para alcançar a justiça ambiental. A construção de processos decisórios democráticos e transparentes é fundamental para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, permitindo que as comunidades marginalizadas tenham um papel ativo na definição de seu futuro ambiental. Este trabalho discute a justiça ambiental, enfatizando sua complexidade e importância histórica. Revela como a mobilização das comunidades afetadas por injustiças ambientais influencia políticas públicas e aumenta a consciência social. A interseccionalidade é vital para entender as experiências dessas comunidades, e a crítica ao desenvolvimento econômico convencional destaca a necessidade de modelos sustentáveis e socialmente justos. A inclusão e participação ativa das comunidades nas decisões ambientais são fundamentais para a democracia e justiça ambiental. Em resumo, o movimento busca transformar a abordagem aos desafios ambientais, integrando questões ecológicas e sociais em prol de um futuro mais justo e sustentável para todos.

Palavras-chave: Justiça ambiental. Sustentabilidade. Equidade social. Participação comunitária

PROJETO INTEGRADOR: PRÁTICA EXTENSIONISTA IV

Autores(as): Eloá Leão Monteiro de Barros, Fabiano Thales de Paula Lima, Renata Martins de Souza, Amaral Roque Bueno, Márcia Fernanda Correa Faria

RESUMO

As atividades desenvolvidas tiveram como eixo temático central a discussão sobre raça e etnia no contexto do Brasil contemporâneo. A proposta buscou promover uma reflexão crítica acerca da exclusão histórica de grupos marginalizados, como negros e indígenas, dos processos decisórios políticos e sociais. Com base na reatualização dos conceitos de raça e etnia, procurou-se fomentar um projeto de cidadania que reconhecesse as desigualdades raciais e sociais estruturais do país. A disciplina abordou temas como a interseccionalidade entre raça e gênero, cidadania racial, ações afirmativas, necropolítica, racismo religioso, resistência artística e os direitos culturais dos povos originários, sob a perspectiva de uma teoria crítica dos direitos. Os alunos do 4º e 5º períodos do curso de Direito foram organizados em nove grupos, cada um responsável por uma temática distinta, orientada por um dos dez textos-base selecionados. O primeiro texto, que introduziu os conceitos fundamentais de raça e etnia, foi apresentado pela professora em aula expositiva dialogada. A partir da leitura crítica dos textos, os grupos elaboraram projetos com respectivas propostas de extensão, apresentados previamente em seminários. Como produtos finais, desenvolveram um resumo expandido e um relatório de extensão, contendo tema-problema, hipóteses, objetivos, justificativa, resultados e discussão, além da descrição da atividade extensionista realizada. Os trabalhos foram apresentados no Ateliê, em formato de banner, consolidando o vínculo entre teoria, pesquisa e prática extensionista.

Palavras-chave: Raça. Etnia. Exclusão. Igualdade.

DESIGUALDADE AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS: UMA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL E A EXCLUSÃO ECOLÓGICA NO BRASIL

Autores(as): Bruno Haddad Capobianco; Dener Jose Pinto de Souza; Luiz Otávio Esteves de Oliveira; Maria Eduarda da Cunha Rosa; Manuella Moraes Galvão; Rafaela Anacleto do Nascimento; Stella Dornas Gabriel; Wellerson de Oliveira Gonçalves Fuly; Juliano Sepe de Lima Costa; Flávio Filgueiras Nunes; Laira Carone Rachid; Guilherme Madeira Martins; Gabriel Senra e Padua; Bethânia Senra e Padua Mendonça

RESUMO

O artigo “Desigualdade Ambiental e Seus Impactos: Uma Análise da Vulnerabilidade Social e a Exclusão Ecológica no Brasil” aborda a interligação complexa entre questões sociais e ambientais, com foco específico no problema do racismo ambiental. O racismo ambiental refere-se à injusta distribuição de ônus ambientais e recursos naturais, que tende a afetar desproporcionalmente comunidades marginalizadas e de baixa renda. O presente trabalho examina a relação entre desigualdade ambiental e vulnerabilidade social no Brasil, explorando como certas populações são expostas a riscos ecológicos desproporcionais. O foco é analisar como políticas públicas e práticas econômicas agravam a exclusão social através da distribuição desigual de recursos ambientais, criando um ciclo de vulnerabilidade para comunidades marginalizadas. Utilizando abordagens teóricas de biopolítica e necropolítica, o estudo examina exemplos de desastres ambientais e as consequências para populações de baixa renda, com um olhar crítico sobre as chamadas “zonas de sacrifício”.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Desigualdade; Vulnerabilidade.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E ESTRATÉGIAS PARA DEFESA DE SEUS DIREITOS

Autores(as): Ana Clara Martins, Edrienne Tavares, Isabella Nogueira, Karla Maíra, Larissa Mello, Laysa Lombardi, Marcela Alhadas, Raíssa Filgueiras, Rita de Cássia; Juliano Sepe de Lima Costa; Flávio Filgueiras Nunes; Laira Carone Rachid; Guilherme Madeira Martins; Gabriel Senra e Padua; Bethânia Senra e Padua Mendonça

RESUMO

Este estudo examina os obstáculos que a população em situação de rua no Brasil enfrenta, enfatizando a vulnerabilidade social, a marginalização e a ausência de acesso a serviços essenciais. O estudo indica que essas pessoas enfrentam diariamente a violência, a discriminação e as barreiras no acesso à saúde, educação e moradia. A insuficiência das políticas governamentais e a falta de um sistema de suporte eficiente intensificam a marginalização desse grupo. Ademais, a pesquisa sugere táticas para a proteção dos direitos dos indivíduos em situação de rua, destacando a relevância da mobilização social e do envolvimento direto desses indivíduos na formulação de políticas públicas. Ações que podem envolver a criação de comitês e redes de suporte, bem como a realização de campanhas de sensibilização acerca dos direitos humanos. A função das entidades não governamentais e da sociedade civil é crucial para coordenar essas ações, com o objetivo de assegurar a dignidade e a cidadania dos indivíduos em situação de rua. O estudo conclui que a concretização dos direitos dessa população demanda um engajamento coletivo e uma estratégia unificada que leve em conta suas particularidades e demandas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Direitos humanos. Políticas públicas.

O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL

Autores(as): Máyra Guizelini, Neemias de Melo, Luis Guilherme Ferraz, Daniela Rodrigues, Gabriel Loures, Gabriel de Souza Silva, Camila Queiroz, Luis Navarro, Carol Furtado, Vinicius Gonçalves; Thamara Vilela; Juliano Sepe de Lima Costa; Flávio Filgueiras Nunes; Laira Carone Rachid; Guilherme Madeira Martins; Gabriel Senra e Padua; Bethânia Senra e Padua Mendonça

RESUMO

O objetivo do trabalho é identificar sistema judiciário brasileiro, no que se refere à proteção pública e a responsabilização penal dos autores e da sociedade que de alguma forma colaboram para que, ainda nos dias atuais, tenhamos altos índices de vítimas de racismo e homicídio de jovens negros. Através da realização da leitura do texto do artigo "O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão", e da entrevista realizada sobre a presente temática, notamos que, conforme é expresso no texto e relatado em entrevista, os índices de crimes de cunho racistas e homicídios contra jovens negros possuem um numero bem elevado, elevando também a demanda pelo sistema judiciário do Brasil. As políticas públicas e as práticas de segurança são moldadas por uma lógica racista que desumaniza jovens negros, aumentando sua vulnerabilidade a homicídios e violência e, com isso perpetuando sua exclusão e marginalização, visto que os jovens negros, frequentemente, são alvos de operações policiais violentas (seletividade penal). Concluem-se, através da pesquisa realizada, que o ambiente educacional pode ser utilizado para sensibilizar os alunos e a comunidade sobre o racismo estrutural, seus impactos e como ele contribui para a violência contra jovens negros. O ensino sobre direitos e cidadania: ao incluir temas como os direitos humanos, a igualdade racial e a cultura afro-brasileira nos currículos, a educação fomenta a valorização da vida e da diversidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e dignidade. A mídia também exerce um papel relevante quando adota uma cobertura responsável e humanizada dos casos de homicídios, ela evita a culpabilização das vítimas e destaca a urgência de políticas públicas para enfrentar o problema. Por fim, destaca-se que leis mais severas que coibam para combater o homicídio de jovens negros e promover a igualdade racial, fortalecem a proteção dos direitos dos jovens negros, promovendo igualdade e eliminação da discriminação racial. Entretanto, a simples criação de leis não basta. A implementação eficaz destas leis e da ação integrada entre as autoridades públicas e a sociedade civil são cruciais. Investir em políticas de prevenção, reconstruir as forças de segurança e promover a justiça social são passos importantes para enfrentar esta realidade e construir um futuro mais equitativo e justo.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Homicídios. Sistema judiciário. Políticas públicas

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A PANDEMIA SARS-COV

Autores(as): Tiago da Silva Assad; Alexandre de Moraes Marques; Paloma Ventura Ponce; Fernando de Oliveira Souza; Felipe Aparecido Campos de Oliveira; Juliano Sepe de Lima Costa; Flávio Filgueiras Nunes; Laira Carone Rachid; Guilherme Madeira Martins; Gabriel Senra e Padua; Bethânia Senra e Padua Mendonça

RESUMO

O artigo "Trabalho Escravo Contemporâneo e a Pandemia SARS-COV-2" discute criticamente a omissão no reconhecimento do trabalho escravo contemporâneo (TEC) no contexto da pandemia de Covid-19. Os autores argumentaram que a legislação brasileira voltada para o enfrentamento da crise sanitária falhou ao abordar a vulnerabilidade dos trabalhadores em condições análogas à escravidão. Utilizando os conceitos de biopoder, biopolítica e necropolítica, o artigo examina como o Estado priorizou a economia em detrimento da saúde pública, exacerbando as desigualdades sociais. A pandemia evidenciou a fragilidade do sistema neoliberal, especialmente no Brasil, onde o governo adotou uma postura negacionista tanto em relação à gravidade da pandemia quanto à existência de trabalhadores escravizados. O estudo também destaca o impacto negativo do confinamento obrigatório e do auxílio emergencial, que não alcançou trabalhadores em situações extremas de vulnerabilidade, como aqueles em regiões remotas sem acesso digital. Conclui-se que a crise sanitária global expõe não apenas as falhas do sistema econômico, mas também a invisibilidade histórica e estrutural dos trabalhadores escravizados no Brasil.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo. Necropolítica Vulnerabilidade.

DA NECROPOLÍTICA ÀS VIOLÊNCIAS LABORAIS: O IMPACTO E A RESPOSTA DO ESTADO DURANTE E APÓS À CRISE SANITÁRIA.

Autores(as): Anderson Dias Netto; Emanuelle dos Santos Moreira; Rafaela Alves dos Reis; Thaís Adriane Costa Olímpio; Victor Ferreira Miranda; Willian Passos Damasceno; Juliano Sepe de Lima Costa; Flávio Filgueiras Nunes; Laira Carone Rachid; Guilherme Madeira Martins; Gabriel Senra e Padua; Bethânia Senra e Padua Mendonça

RESUMO

Este trabalho analisa a desigualdade no Brasil à luz do relatório da OXFAM de 2020, destacando que o país continua sendo um dos mais desiguais do mundo. A desigualdade no Brasil vai além da mera distribuição de renda, manifestando-se em crises econômicas e sociais que afetam a vida cotidiana da população. Em um contexto onde a violência e a exploração são normalizadas, a lógica neoliberal reforça a percepção do Estado como um instrumento de dominação, favorecendo as classes mais ricas e perpetuando a exclusão social. A pandemia da COVID-19 exacerbou essas desigualdades, levando a um aumento significativo do desemprego e da precarização das condições de trabalho. Os trabalhadores, especialmente no setor privado, enfrentam situações de vulnerabilidade, caracterizadas por condições precárias e a auto-exploração em nome da maximização dos lucros. Essa realidade evidencia um ciclo de exploração que dificulta a mobilidade social e agrava as tensões sociais. A capacidade dos sujeitos políticos, das lutas sociais, das instituições e dos profissionais engajados em se unirem é fundamental para enfrentar e superar essas desigualdades em busca de um futuro mais igualitário.

Palavras-chave: Necropolítica. Igualdade. Trabalho.

DIREITO À IGUALDADE: O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO MERCADO DE TRABALHO

Autores(as): Arthur Moraes, Isabelle de Lima Ferreira, Ciglei Lira, Amanda Marques de Oliveira, Fineias Rocha ferreira, Nilton Cesar de Souza Santos, Wendreo Rocha, Jéssica Ingrid Prudêncio Gomes, Rubens Eduardo da Silva Júnior, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, Luana Pretty Valetim Mendonça, José Eduardo Balikian, Fabiane Aride Cunha, Mariana Mutiz de Sá.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar criticamente o direito ao trabalho como um mecanismo de inclusão social das pessoas com deficiência (PCD) no Brasil a partir da Lei no 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. A pesquisa visa examinar de que forma essa legislação garante o acesso das PCDs ao mercado de trabalho, promove a igualdade de oportunidades e busca eliminar a discriminação. Além disso, pretende-se discutir os desafios e as limitações da lei, comparando o modelo brasileiro com estratégias internacionais. Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi utilizado o método de análise qualitativa documental com base na leitura e interpretação da Lei no 13.146/2015 e de documentos acadêmicos que abordam o tema da inclusão social das PCDs no mercado de trabalho. A análise da citada lei revelou que o direito ao trabalho é tratado como um pilar fundamental para a inclusão social das PCDs, com mecanismos que buscam garantir igualdade de oportunidades no acesso ao emprego. A legislação estabelece cotas para empresas com mais de 100 empregados que devem reservar entre 2% a 5% de suas vagas para PCDs. Entretanto, os resultados indicam que, apesar dos avanços trazidos pela legislação, ainda existem dificuldades significativas na inclusão das PCDs no mercado de trabalho. A pesquisa conclui que o direito ao trabalho, conforme estabelecido pela Lei no 13.146/2015, é uma ferramenta essencial para a inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil. No entanto, a efetiva implementação da lei ainda enfrenta desafios, especialmente relacionados ao preconceito e à falta de adaptação dos ambientes de trabalho.

Palavras-chave: Igualdade. Trabalho. Pessoa com deficiência.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DA IGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO

Autores(as): Daniele Santana dos Santos, Ana Karolina Araújo Faben, Emily Lopes Guimarães, Yuri Carvalho Alves, Vitória Souza Ribeiro, Thasiany Silva de Souza, Jean Santana da Costa, João Nilton Figueiredo Borges, Leandra Aguiar Nunes Pereira, Caroline Souza Luiz de Oliveira, Nauana Araújo de Souza, Dayna Claryce Garcia de Carvalho, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, Luana Pretzy Valetim Mendonça, José Eduardo Balikian, Fabiane Aride Cunha, Mariana Mutiz de Sá.

RESUMO

A pesquisa visa apresentar uma análise de crescimento do mercado de trabalho após as políticas de inclusão social e o reflexo que este teve na sociedade, apresentando também os obstáculos enfrentados ao longo dos anos. Entre os períodos de 2003 a 2023 houveram três períodos que marcam a pesquisa, sendo eles: A crise econômica mundial do capitalismo (2003- 2008); A crise econômica no Brasil (2009-2014) e a pandemia do Covid-19 (2019-2021).

Palavras-chave: Crescimento. Inclusão. Aumento. Salário.

LUTA PELA CIDADANIA: ANÁLISE DA PERPETUAÇÃO DAS IDEOLOGIA RACIAIS

Autores(as): Elieser Correia Rainha, Guilherme Bernardino, Guilherme Lucas da Cunha Santos, Guilherme Maxima Ecard da Cunha, Lohayne Antunes, Maria Clara de Figueiredo Guasti Barbosa, Mariana Ferreira Sena Oliveira, Ryan Schmildt Borchardt, Sofya Souza, Thayla da Conceição Ribeiro, Willys dos Santos Silva, Joice Ribeiro da Silva, Ashley Coelho Silva, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, Luana Prety Valetim Mendonça, José Eduardo Balikian, Fabiane Aride Cunha, Mariana Mutiz de Sá.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a perpetuação das ideologias raciais, a importância da retórica negra como uma ferramenta de resistência e os desafios históricos e atuais enfrentados pelos negros para o exercício pleno de sua cidadania. No primeiro tema, discutimos como as ideologias raciais justificaram a dominação e exclusão dos negros ao longo da história, com destaque para o contexto brasileiro. No segundo tema, exploramos os principais temas da retórica negra, como a busca por identidade e justiça social. No terceiro, analisamos a luta por cidadania, desde a abolição da escravidão até os desafios contemporâneos enfrentados pela população negra no Brasil, como o racismo institucional e a exclusão socioeconômica.

Palavras-chave: Ideologias raciais, Retórica negra, Cidadania, Racismo, Inclusão.

UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RAÇA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA

Autores(as): Brunna Sielemann Barbosa; Amanda Ferreira; Maria Vitória dos Santos; Maria Stefany da Costa; Lucas Farina Barbosa; Lucas Silva; Rebeca Suhett, Juliano Sepe Lima Costa, Auberio da Silva Brito, Ianna Pena, Fabiane Aride Cunha, Walter Veloso Dutra, Mariana Mutiz de Sá

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é apresentar uma pesquisa que expõe o conceito de raça que é essencial para compreendermos as transformações sociais e históricas que influenciaram a trajetória da humanidade. Essa classificação foi se modificando ao longo dos séculos, envolvendo não só critérios biológicos, mas também fatores sociais e políticos. Na elaboração desta pesquisa utilizou-se a metodologia teórica dogmática. Como resultado de nossa pesquisa, criamos uma conta no Instagram abordando o conceito de racismo, com o intuito de abranger o interesse de aprendizado coletivo, para todo o público, de qualquer idade, e formação, independente do seu nível de interesse e entendimento, seja ele para estudo formal de acadêmicos ou até por procurar uma explicação rápida, prática e bem-feita.

Palavras-chave: Transformações sociais. Racismo. Igualdade. Dignidade humana.

RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA: ANÁLISE DAS CRÍTICAS DE LÉLIA GONZALEZ

Autores(as): Hannaya Rosário, Hemille Trites, Lariza Guimarães, Pamela Lorranya e Shopia de Oliveira, Juliano Sepe Lima Costa, Auberio da Silva Brito, Ianna Pena, Fabiane Aride Cunha, Walter Veloso Dutra, Mariana Mutiz de Sá.

RESUMO

O presente artigo analisa as críticas apresentadas por Lélia Gonzalez em seu texto "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira", que expõem as relações de poder e a marginalização da população negra, especialmente das mulheres negras, na sociedade brasileira. A autora discute a narrativa histórica dominante que silencia as vozes negras, a opressão estrutural enfrentada pela população negra e as rotulações que perpetuam estereótipos. Gonzalez também aborda a interseccionalidade entre raça e gênero, evidenciando como as mulheres negras vivenciam uma dupla opressão. Este artigo busca, portanto, destacar a relevância das críticas de Gonzalez para a compreensão das desigualdades sociais no Brasil, bem como a necessidade de reconhecimento e valorização da identidade negra.

Palavras-chave: Racismo, Sexismo, Cultura Brasileira, Lélia Gonzalez, Interseccionalidade.

INOVAÇÃO NO ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS: FERRAMENTAS E METODOLOGIAS PARA APRENDIZAGEM ATIVA

Autores(as): Andrine Cordeiro Pereira, Elias de Souza Gonçalves, Marcus Vinícius Souza Ferraz, Patrick Ferreira Santos, José Eduardo Henrique da Silva

RESUMO

O ensino de estruturas de dados e programação enfrenta desafios significativos, especialmente devido à abstração e complexidade dos conceitos. Ferramentas como o ODIN, que oferece recursos visuais interativos para ensinar listas encadeadas, e o EDV, um protótipo que simula estruturas como pilhas e filas com base em vetores, têm mostrado potencial para facilitar a compreensão e engajamento dos alunos. Ambas integram tecnologia e ergonomia, promovendo um aprendizado mais intuitivo e prático. Além das ferramentas computacionais, metodologias como a computação desplugada, combinada com gamificação, introduzem elementos lúdicos ao ensino, transformando atividades complexas em experiências colaborativas e motivadoras. Essa abordagem, ao criar cenários reais e desafios graduais, estimula a participação ativa e melhora a retenção do conteúdo. Complementarmente, a Willow utiliza conceitos de programação interativa para visualizar em tempo real o impacto de alterações no código, auxiliando na compreensão de algoritmos e estruturas de dados. Essas iniciativas oferecem uma base promissora para a modernização do ensino, contribuindo para maior eficiência no aprendizado e formação de profissionais em computação. A continuidade das pesquisas e aprimoramentos é essencial para consolidar essas ferramentas e metodologias como recursos indispensáveis na educação tecnológica.

Palavras-chave: Estruturas de Dados; Ferramentas Educacionais; Gamificação

ESTRATÉGIAS INOVADORAS PARA O ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS: RECURSOS VISUAIS, GAMIFICAÇÃO E COMPUTAÇÃO DESPLUGADA

Autores(as): Mhell Barroca, Elias de Souza Gonçalves, Marcus Vinícius Souza Ferraz, Patrick Ferreira Santos, José Eduardo Henrique da Silva

RESUMO

O ensino de estruturas de dados é uma base crucial na formação de estudantes de ciência da computação e áreas relacionadas. Essas estruturas, como pilhas, filas, árvores e listas encadeadas, desempenham papel central na organização e manipulação de dados em sistemas computacionais. No entanto, a complexidade do tema, aliada à falta de recursos educacionais interativos, pode dificultar o aprendizado e levar à evasão nas disciplinas introdutórias. Diante disso, ferramentas como simulações interativas, abordagens baseadas em gamificação e computação desplugada têm se mostrado promissoras para tornar o ensino mais envolvente e eficiente. Este estudo analisa o impacto dessas abordagens no ensino de estruturas de dados, com destaque para ferramentas como ODIN e EDV, que utilizam visualizações e interatividade para auxiliar os estudantes na compreensão de conceitos teóricos e práticos. As estratégias analisadas, como o uso de recursos visuais, gamificação e computação desplugada, mostraram-se eficazes no ensino de estruturas de dados. Elas não apenas facilitam a compreensão de conceitos complexos, mas também promovem o engajamento dos alunos e reduzem a taxa de desistência. Ferramentas como ODIN e EDV são exemplos de como a tecnologia pode ser utilizada para transformar o ensino, tornando-o mais acessível e significativo. A continuidade no desenvolvimento dessas ferramentas, aliada à integração de novas metodologias, como realidade aumentada, pode ampliar ainda mais seu impacto positivo, ajudando a formar profissionais mais bem preparados para enfrentar os desafios do mercado.

Palavras-chave: Estruturas de dados, Gamificação, Interatividade, Ensino de computação.

RECURSOS EDUCACIONAIS PARA ESTRUTURAS DE DADOS: UM ESTUDO SOBRE ODIN, WILLOW EDV E GAMIFICAÇÃO

Autores(as): Jaqueline Ribeiro Fortunato de Oliveira, Elias de Souza Gonçalves, Marcus Vinícius Souza Ferraz, Patrick Ferreira Santos, José Eduardo Henrique da Silva

RESUMO

O aumento da evasão acadêmica, especialmente em cursos de computação, tem sido um desafio crescente nas universidades. Fatores como dificuldades acadêmicas, problemas sociais e falta de apoio institucional contribuem para esse fenômeno. Este estudo explora o impacto de recursos educacionais inovadores, como o EDV (Educação para Desenvolvedores de Software), Willow e a gamificação, no ensino de Estruturas de Dados. A pesquisa avalia como essas ferramentas podem melhorar o engajamento e reduzir a evasão dos alunos

Palavras-chave: Evasão acadêmica. Engajamento estudantil. Ensino de estruturas de dados

ABORDAGENS INOVADORAS NO ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS

Autores(as): Maria Clara Vital da Silva, Elias de Souza Gonçalves, Marcus Vinícius Souza Ferraz, Patrick Ferreira Santos, José Eduardo Henrique da Silva

RESUMO

Disciplinas complexas como estruturas de dados são de difícil compreensão para os discentes principalmente quando o estudo é EAD a leitura repetitiva e teoria sem fim se torna chata e gera tédio aos estudantes provocando falta de interesse e disposição para estudar, o que eventualmente causa desistência e quando o aluno é aprovado em tal matéria na hora de ir para a prática encontra vários desafios e dificuldades que impedem o avanço na área de programação, por conta deste problema foi apresentado o uso de tecnologias como jogos e sites para facilitar a absorção do conteúdo e gerar interesse no discente para estudar e aprofundar cada vez mais. Métodos como gamificação e atividades desplugadas têm mostrado interesse dos alunos e melhora no desempenho e nas notas dos envolvidos.

Palavras-chave: Programação. Atividades desplugadas. Computação.

ESTRUTURAS DE DADOS E A OTIMIZAÇÃO DE APLICATIVOS DE NAVEGAÇÃO E GEOLOCALIZAÇÃO

Autores(as): Enzo André Pereira, Elias de Souza Gonçalves, Marcus Vinícius Souza Ferraz, Patrick Ferreira Santos, José Eduardo Henrique da Silva,

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a maneira da qual as Estruturas de Dados estão inseridas em aplicativos de Navegação e Geolocalização, e como elas impactam no cotidiano de diversas pessoas no mundo. Os algoritmos de navegação têm revolucionado a forma como as pessoas se movem, proporcionando viagens mais rápidas e eficientes. Eles coletam e processam informações em tempo real, usando algoritmos de roteamento para calcular as melhores rotas e fornecer instruções precisas e atualizadas em tempo real, como vimos no código desenvolvido acima. Além disso, o impacto dos algoritmos de navegação vai além das viagens individuais, criando novos negócios e transformando setores existentes, como transporte compartilhado, entregas e turismo. Em resumo, os algoritmos de navegação são uma ferramenta valiosa e amplamente utilizada para ajudar as pessoas a chegar a seus destinos de maneira rápida e eficiente e graças as inovações que vêm surgindo nas estruturas de dados eles podem ser cada vez mais atualizados e melhorados.

Palavras-chave: Algoritmos de navegação. Geolocalização. Roteamento

METODOLOGIAS ALTERNATIVAS NO ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS: UMA ANÁLISE DE FERRAMENTAS EDUCACIONAIS E GAMIFICAÇÃO

Autores(as): Bruno Gregório Ribeiro, Elias de Souza Gonçalves, Marcus Vinícius Souza Ferraz, Patrick Ferreira Santos, José Eduardo Henrique da Silva

RESUMO

O ensino de Estruturas de Dados é uma parte fundamental da formação de estudantes de ciência da computação, mas também um dos maiores desafios no processo de aprendizado. Este artigo analisa quatro abordagens educacionais que facilitam o aprendizado dessas estruturas: (1) o ambiente web ODIN para o ensino de listas encadeadas; (2) o aplicativo educacional EDV, que simula estruturas de dados com vetores; (3) o uso de computação desplugada em um contexto de gamificação; e (4) a ferramenta Willow, que introduz conceitos de programação interativa e visualização de algoritmos. Ao comparar essas abordagens, este trabalho avalia como cada metodologia contribui para uma aprendizagem mais interativa e eficaz.

Palavras-chave: ODIN. Gamificação. Programação interativa

A COMPUTAÇÃO DESPLUGADA, GAMIFICAÇÃO E FERRAMENTAS INTERATIVAS NO ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS

Autores(as): Caique de Souza Santos, Elias de Souza Gonçalves, Marcus Vinícius Souza Ferraz, Patrick Ferreira Santos, José Eduardo Henrique da Silva

RESUMO

A evolução no ensino de estruturas de dados e algoritmos tem se beneficiado enormemente do uso de novas abordagens pedagógicas e tecnologias educacionais. Este paper explora o uso da computação desplugada em conjunto com a gamificação como uma metodologia eficaz para o ensino de conceitos fundamentais de programação e estruturas de dados. Além disso, abordamos o impacto de ferramentas interativas como o Willow e o EDV (Estruturas de Dados com Vetores), bem como o ODIN, uma plataforma web que tem como objetivo apoiar o ensino de listas encadeadas. Estas ferramentas visam tornar o aprendizado mais dinâmico e acessível, promovendo maior engajamento e compreensão por parte dos alunos.

Palavras-chave: Computação desplugada. Ferramentas interativas. Ensino de estruturas de dados

ABORDAGENS INOVADORAS PARA O ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS: GAMIFICAÇÃO, COMPUTAÇÃO DESPLUGADA E AMBIENTES INTERATIVOS

Autores(as): João Pedro Simões da Silva, Elias de Souza Gonçalves, Marcus Vinícius Souza Ferraz, Patrick Ferreira Santos, José Eduardo Henrique da Silva

RESUMO

O ensino de estruturas de dados enfrenta desafios relacionados à complexidade dos conceitos e à motivação dos alunos. Este artigo explora três abordagens principais: gamificação, computação desplugada e ambientes interativos, destacando experiências relatadas em trabalhos recentes. Estas estratégias não apenas simplificam conceitos complexos, mas também promovem maior engajamento e compreensão, contribuindo para a formação de estudantes em cursos de computação. As abordagens discutidas demonstram potencial para transformar o ensino de estruturas de dados, reduzindo a evasão e melhorando o aprendizado. No entanto, sua eficácia depende de um planejamento cuidadoso e de investimentos em infraestrutura e capacitação de professores. Futuros estudos devem explorar a integração dessas técnicas e sua aplicação em contextos mais amplos, com atenção especial às limitações mencionadas.

Palavras-chave: Gamificação. Computação desplugada. Engajamento estudantil

TÉCNICAS E FERRAMENTAS PARA O ENSINO DE ESTRUTURAS DE DADOS E PROGRAMAÇÃO

Autores(as): Euler Brasil de Araújo, Elias de Souza Gonçalves, Marcus Vinícius Souza Ferraz, Patrick Ferreira Santos, José Eduardo Henrique da Silva

RESUMO

O ensino de programação e estruturas de dados enfrenta desafios significativos devido à complexidade dos conceitos, resultando em alta evasão e dificuldade de aprendizagem. O presente estudo aborda ferramentas e metodologias inovadoras que promovem uma experiência de aprendizado mais interativa e engajadora para alunos de cursos de computação, visando superar barreiras de compreensão e aumentar o engajamento. A aplicação de ferramentas interativas e metodologias inovadoras no ensino de estruturas de dados e programação se mostrou eficaz na melhoria da experiência de aprendizado dos alunos. A integração de práticas que vão além do ensino tradicional, incluindo visualização gráfica e atividades gamificadas, é fundamental para enfrentar as dificuldades de abstração e retenção dos conceitos, promovendo uma formação mais sólida e engajada.

Palavras-chave: Estruturas de dados. Metodologias inovadoras. Engajamento estudantil

